

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019	23
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
Notas Explicativas	41
Proposta de Orçamento de Capital	108

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	109
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	113

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	115

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	308.245.068
Preferenciais	0
Total	308.245.068
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1	Ativo Total	6.036.633	3.478.205	3.394.159
1.01	Ativo Circulante	2.998.280	2.194.532	2.124.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	445.635	444.923	431.002
1.01.03	Contas a Receber	1.151.438	1.142.594	1.070.664
1.01.03.01	Clientes	1.151.438	1.142.594	1.070.664
1.01.04	Estoques	544.717	490.614	479.427
1.01.06	Tributos a Recuperar	833.119	42.630	72.600
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	833.119	42.630	72.600
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	37.484	25.501	36.190
1.01.06.01.02	Outros	795.635	17.129	36.410
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.371	73.771	70.840
1.01.08.03	Outros	23.371	73.771	70.840
1.01.08.03.01	Outros Créditos	21.609	17.940	15.968
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	651	55.067	53.835
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	1.111	764	1.037
1.02	Ativo Não Circulante	3.038.353	1.283.673	1.269.626
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	624.950	448.943	457.316
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	370.643	398.811
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	370.643	398.811
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	624.950	78.300	58.505
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	521.136	7.649	2.396
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	101.836	67.748	52.546
1.02.01.10.05	Outros Ativos	1.978	2.903	3.563
1.02.02	Investimentos	836	905	648
1.02.02.01	Participações Societárias	836	905	648
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	836	905	648
1.02.03	Imobilizado	2.225.227	636.927	612.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	665.906	607.408	588.325
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.507.815	4.210	4.473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	51.506	25.309	19.774
1.02.04	Intangível	187.340	196.898	199.090
1.02.04.01	Intangíveis	187.340	196.898	199.090

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2	Passivo Total	6.036.633	3.478.205	3.394.159
2.01	Passivo Circulante	1.750.620	1.749.937	2.022.716
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128.548	130.922	136.866
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128.548	130.922	136.866
2.01.02	Fornecedores	803.989	678.822	686.170
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	803.627	677.096	681.894
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	362	1.726	4.276
2.01.03	Obrigações Fiscais	218.849	187.389	184.068
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	116.370	70.004	70.795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.254	26.468	2.907
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	81.116	43.536	67.888
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	102.479	117.385	113.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	357.891	230	257
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	357.891	230	257
2.01.05	Outras Obrigações	241.343	752.574	1.015.355
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	164.754	711.574	980.051
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	164.754	711.574	980.051
2.01.05.02	Outros	76.589	41.000	35.304
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.599	0	0
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	3.938	403	74
2.01.05.02.05	Outros Passivos	23.052	40.597	35.230
2.02	Passivo Não Circulante	1.546.445	613.231	364.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.229.789	1.618	1.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.229.789	1.618	1.848
2.02.02	Outras Obrigações	37.183	349.006	42.049
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	313.450	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	313.450	0
2.02.02.02	Outros	37.183	35.556	42.049
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	1.073	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2.02.02.02.04	Outros	32.559	31.498	38.078
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas	3.551	4.058	3.971
2.02.03	Tributos Diferidos	45.631	0	0
2.02.04	Provisões	233.842	262.607	321.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	233.842	262.607	321.034
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	140.199	170.657	240.376
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	89.505	85.476	73.831
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.138	6.474	6.827
2.03	Patrimônio Líquido	2.739.568	1.115.037	1.006.512
2.03.01	Capital Social Realizado	1.847.177	1.035.720	1.035.720
2.03.02	Reservas de Capital	11.647	10.516	10.516
2.03.04	Reservas de Lucros	882.914	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	65.042	-39.675
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.170	3.759	-49

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.282.583	5.137.158	5.033.465
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.717.065	-2.589.971	-2.614.085
3.03	Resultado Bruto	2.565.518	2.547.187	2.419.380
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.532.843	-2.191.312	-2.123.956
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.755.337	-1.720.205	-1.596.714
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-424.307	-461.057	-508.818
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	653.872	2.106	20.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.751	-12.912	-39.119
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	680	756	-269
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.032.675	355.875	295.424
3.06	Resultado Financeiro	388.933	-130.669	-155.226
3.06.01	Receitas Financeiras	690.379	186.176	168.134
3.06.01.01	Receitas Financeiras	690.379	168.984	168.134
3.06.01.02	Resultado com Derivativos	0	17.192	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-301.446	-316.845	-323.360
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-275.392	-316.845	-293.154
3.06.02.02	Resultado com Derivativos	-26.054	0	-30.206
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.421.608	225.206	140.198
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-449.615	-51.572	-43.318
3.08.01	Corrente	-30.287	-25.365	-4.140
3.08.02	Diferido	-419.328	-26.207	-39.178
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	971.993	173.634	96.880
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	971.993	173.634	96.880
3.99.01.01	ON	0	0,17	0,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	971.993	173.634	96.880
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.929	3.808	4.018
4.02.01	Resultado com Derivativos	-8.983	5.769	6.088
4.02.02	Tributos Diferidos	3.054	-1.961	-2.070
4.03	Resultado Abrangente do Período	966.064	177.442	100.898

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	851.496	358.211	594.945
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	882.606	590.746	611.728
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	1.421.608	225.206	140.198
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	528.718	205.224	197.897
6.01.01.03	(Ganho) ou Perda na venda ou baixa do imobilizado e Intangível	19.767	38.504	20.398
6.01.01.04	Redução (Reversão) ao valor recuperável do imobilizado e intangível	-11.264	-24.561	8.849
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.416	318	-2.258
6.01.01.06	Ajuste a valor presente do contas a receber e fornecedores	-1.988	1.463	-4.841
6.01.01.07	Despesas com remuneração baseado em ações	1.131	0	0
6.01.01.08	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-38.047	973	50.795
6.01.01.09	Depósitos Judiciais	-2.887	-1.353	-2.250
6.01.01.10	Provisão para Perda nos Estoques	38.836	41.510	59.706
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-680	-756	269
6.01.01.12	Juros sobre arrendamentos	142.138	0	0
6.01.01.13	Juros sobre Empréstimos	60.749	41.149	69.318
6.01.01.14	Variação Cambial sobre Empréstimos	-32.372	86.273	26.262
6.01.01.15	Operações com derivativos	41.343	-23.204	47.385
6.01.01.16	Ganho em processos judiciais - Créditos extemporâneos de PIS/ Cofins	-1.282.030	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.110	-232.535	-16.783
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-3.874	-73.223	-44.561
6.01.02.02	Partes Relacionadas	10.933	-14.561	2.596
6.01.02.03	Estoques	-92.939	-52.697	-5.770
6.01.02.04	Tributos a recuperar	23.685	27.614	-18.630
6.01.02.05	Outros Créditos	-2.744	-1.312	-1.618
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-4.363	-50.055	-2.884
6.01.02.07	Fornecedores	126.507	-2.707	65.733
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	-2.881	-5.857	31.278
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-15.207	-1.264	-1.465
6.01.02.10	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-17.556	-23.194	-47.160

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.11	Tributos a pagar	-34.124	-30.142	7.478
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-18.547	-5.137	-1.780
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-321.306	-246.408	-87.625
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-321.306	-246.459	-90.373
6.02.02	Recebimento por Vendas de Ativos Imobilizados	0	51	225
6.02.03	Efeito no Caixa Decorrentes de Incorporação de Controlada	0	0	28
6.02.04	Dividendos Recebidos	0	0	2.495
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-529.478	-97.882	-563.312
6.03.01	Aumento de Capital	813.699	0	145.008
6.03.02	Custo de transação na emissão de ações	-2.242	0	0
6.03.03	Novos empréstimos	508.000	835.432	910.420
6.03.04	Pagamento de principal dos empréstimos	-1.373.038	-861.721	-1.401.647
6.03.05	Pagamento de juros sobre empréstimos	-70.795	-43.583	-78.366
6.03.06	Liquidação de swap	7.625	28.070	-138.440
6.03.07	Pagamento do principal de arrendamentos	-338.747	-257	-287
6.03.08	Pagamento de juros de arrendamento	-15.400	0	0
6.03.09	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-58.580	-55.823	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	712	13.921	-55.992
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	444.923	431.002	486.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	445.635	444.923	431.002

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037
5.04	Transações de Capital com os Sócios	811.457	1.131	0	-154.121	0	658.467
5.04.01	Aumentos de Capital	813.699	0	0	0	0	813.699
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.242	0	0	0	0	-2.242
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.131	0	0	0	1.131
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-75.988	0	-75.988
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.133	0	-78.133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	971.993	-5.929	966.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	971.993	0	971.993
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.929	-5.929
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.983	-8.983
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	3.054	3.054
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	882.914	-882.914	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	48.600	-48.600	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a realizar	0	0	86.014	-86.014	0	0
5.06.06	Reserva para investimento	0	0	748.300	-748.300	0	0
5.07	Saldos Finais	1.847.177	11.647	882.914	0	-2.170	2.739.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-68.917	0	-68.917
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-68.917	0	-68.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.634	3.808	177.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.634	0	173.634
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.808	3.808
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.769	5.769
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	-1.961	-1.961
5.07	Saldos Finais	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	890.712	10.516	0	-70.882	-4.067	826.279
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	890.712	10.516	0	-70.882	-4.067	826.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.008	0	0	-65.673	0	79.335
5.04.01	Aumentos de Capital	145.008	0	0	0	0	145.008
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.673	0	-65.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.880	4.018	100.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.880	0	96.880
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.018	4.018
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.088	6.088
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	-2.070	-2.070
5.07	Saldos Finais	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	7.514.343	6.568.438	6.554.158
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.838.387	6.564.378	6.547.109
7.01.02	Outras Receitas	678.372	4.378	4.791
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.416	-318	2.258
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.199.964	-4.097.790	-4.083.445
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.501.260	-3.348.004	-3.363.629
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-655.005	-697.301	-651.573
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-43.699	-52.485	-68.243
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.314.379	2.470.648	2.470.713
7.04	Retenções	-501.796	-205.224	-197.897
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-501.796	-205.224	-197.897
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.812.583	2.265.424	2.272.816
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	691.059	186.932	167.865
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	680	756	-269
7.06.02	Receitas Financeiras	690.379	168.984	168.134
7.06.03	Outros	0	17.192	0
7.06.03.01	Resultado com Derivativo Positivo	0	17.192	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.503.642	2.452.356	2.440.681
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.503.642	2.452.356	2.440.681
7.08.01	Pessoal	737.285	702.637	720.778
7.08.01.01	Remuneração Direta	538.431	512.057	535.901
7.08.01.02	Benefícios	123.280	120.013	113.645
7.08.01.03	F.G.T.S.	48.758	46.787	48.445
7.08.01.04	Outros	26.816	23.780	22.787
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.308.287	796.918	854.514
7.08.02.01	Federais	707.511	237.245	298.594
7.08.02.02	Estaduais	554.732	517.747	513.837
7.08.02.03	Municipais	46.044	41.926	42.083
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	486.077	779.167	738.303

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.02	Aluguéis	184.631	462.321	445.149
7.08.03.03	Outras	301.446	316.846	293.154
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	971.993	173.634	96.880
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.133	68.917	65.674
7.08.04.02	Dividendos	75.988	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	817.872	104.717	31.206
7.08.05	Outros	0	0	30.206
7.08.05.01	Resultado com Derivativo negativo	0	0	30.206

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1	Ativo Total	6.037.092	3.478.337	3.394.299
1.01	Ativo Circulante	2.999.575	2.195.569	2.125.587
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.109	446.006	431.759
1.01.03	Contas a Receber	1.151.484	1.142.836	1.070.690
1.01.03.01	Clientes	1.151.484	1.142.836	1.070.690
1.01.04	Estoques	544.717	490.614	479.427
1.01.06	Tributos a Recuperar	833.649	42.847	72.877
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	833.649	42.847	72.877
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	38.006	25.710	36.459
1.01.06.01.02	Outros	795.643	17.137	36.418
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.616	73.266	70.834
1.01.08.03	Outros	22.616	73.266	70.834
1.01.08.03.01	Outros Créditos	21.609	17.940	15.968
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	651	55.067	53.835
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	356	259	1.031
1.02	Ativo Não Circulante	3.037.517	1.282.768	1.268.712
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	624.950	448.943	457.050
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	370.643	398.811
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	370.643	398.811
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	624.950	78.300	58.239
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	521.136	7.649	2.396
1.02.01.10.04	Depósito Judicial	101.836	67.748	52.280
1.02.01.10.05	Outros Créditos	1.978	2.903	3.563
1.02.03	Imobilizado	2.225.227	636.927	612.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	665.906	607.408	588.325
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.507.815	4.210	4.473
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	51.506	25.309	19.774
1.02.04	Intangível	187.340	196.898	199.090
1.02.04.01	Intangíveis	187.340	196.898	199.090

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2	Passivo Total	6.037.092	3.478.337	3.394.299
2.01	Passivo Circulante	1.751.077	1.750.068	2.022.855
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128.548	130.922	136.866
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128.548	130.922	136.866
2.01.02	Fornecedores	804.013	678.846	686.193
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	803.651	677.120	681.917
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	362	1.726	4.276
2.01.03	Obrigações Fiscais	219.282	187.495	184.184
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	116.803	70.110	70.911
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.672	26.566	3.014
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	81.131	43.544	67.897
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	102.479	117.385	113.273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	357.891	230	257
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	357.891	230	257
2.01.05	Outras Obrigações	241.343	752.575	1.015.355
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	214.353	711.575	980.051
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	214.353	711.575	980.051
2.01.05.02	Outros	26.990	41.000	35.304
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	3.938	403	74
2.01.05.02.05	Outros Passivos	23.052	40.597	35.230
2.02	Passivo Não Circulante	1.546.445	613.230	364.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.229.789	1.618	1.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.229.789	1.618	1.848
2.02.02	Outras Obrigações	37.183	349.005	42.049
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	313.450	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	313.450	0
2.02.02.02	Outros	37.183	35.555	42.049
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	1.073	0	0
2.02.02.02.04	Outros	32.559	31.497	38.078

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas	3.551	4.058	3.971
2.02.03	Tributos Diferidos	45.631	0	0
2.02.04	Provisões	233.842	262.607	321.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	233.842	262.607	321.034
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	140.199	170.657	240.376
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	89.505	85.476	73.831
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.138	6.474	6.827
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.739.570	1.115.039	1.006.513
2.03.01	Capital Social Realizado	1.847.177	1.035.720	1.035.720
2.03.02	Reservas de Capital	11.647	10.516	10.516
2.03.04	Reservas de Lucros	882.914	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	65.042	-39.675
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.170	3.759	-49
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2	2	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.285.176	5.139.114	5.035.610
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.717.065	-2.589.971	-2.614.085
3.03	Resultado Bruto	2.568.111	2.549.143	2.421.525
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.535.027	-2.192.922	-2.124.825
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.755.337	-1.720.205	-1.596.848
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-425.747	-461.911	-509.821
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	653.808	2.106	20.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.751	-12.912	-39.120
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.033.084	356.221	296.700
3.06	Resultado Financeiro	388.942	-130.671	-155.153
3.06.01	Receitas Financeiras	690.391	186.189	168.253
3.06.01.01	Receitas Financeiras	690.391	168.997	168.253
3.06.01.02	Resultado com Derivativos	0	17.192	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-301.449	-316.860	-323.406
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-275.395	-316.860	-293.200
3.06.02.02	Resultado com Derivativos	-26.054	0	-30.206
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.422.026	225.550	141.547
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-450.033	-51.914	-44.667
3.08.01	Corrente	-30.705	-25.707	-5.489
3.08.02	Diferido	-419.328	-26.207	-39.178
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	971.993	173.636	96.880
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	971.993	173.636	96.880
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	971.993	173.634	96.880
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2	0
3.99.01.01	ON	3,6253	0,6706	0,1
3.99.02.01	ON	3,6239	0,6706	0,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	971.993	173.636	96.880
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.929	3.808	4.018
4.02.01	Resultado com Derivativos	-8.983	5.769	6.088
4.02.02	Tributos Diferidos	3.054	-1.961	-2.070
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	966.064	177.444	100.898
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	966.064	177.442	100.898
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	851.888	358.536	595.522
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	883.704	591.846	612.808
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	1.422.026	225.550	141.547
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	528.718	205.224	197.897
6.01.01.03	(Ganho) ou Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível	19.767	38.504	20.398
6.01.01.04	Redução (Reversão) ao valor recuperável do imobilizado e intangível	-11.264	-24.561	8.849
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.416	318	-2.258
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber e Fornecedores	-1.988	1.463	-4.841
6.01.01.07	Despesas com remuneração baseado em ações	1.131	0	0
6.01.01.08	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-38.047	973	50.795
6.01.01.09	Depósitos Judiciais	-2.887	-1.353	-2.250
6.01.01.10	Provisão para Perda nos Estoques	38.836	41.510	59.706
6.01.01.11	Juros sobre arrendamentos	142.138	0	0
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos	60.749	41.149	69.318
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Empréstimos	-32.372	86.273	26.262
6.01.01.14	Operações com derivativos	41.343	-23.204	47.385
6.01.01.15	Ganho em processos judiciais - Créditos extemporâneos de PIS/ Cofins	-1.282.030	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.816	-233.310	-17.286
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-3.678	-73.439	-44.495
6.01.02.02	Partes Relacionadas	10.433	-14.561	2.606
6.01.02.03	Estoques	-92.939	-52.697	-5.770
6.01.02.04	Tributos a recuperar	23.372	27.952	-17.821
6.01.02.05	Outros Créditos	-2.744	-1.312	-1.618
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-4.363	-50.321	-1.806
6.01.02.07	Fornecedores	126.507	-2.707	65.732
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	-2.881	-5.857	31.278
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-15.205	-1.263	-2.364
6.01.02.10	Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-17.556	-23.194	-47.160
6.01.02.11	Tributos a pagar	-33.815	-30.496	5.912

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-18.947	-5.415	-1.780
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-321.306	-246.408	-90.148
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-321.306	-246.459	-90.373
6.02.02	Recebimento por Vendas de Ativos Imobilizados	0	51	225
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-529.479	-97.881	-563.320
6.03.01	Aumento de Capital	813.699	0	145.008
6.03.02	Custo de transação	-2.242	0	0
6.03.03	Novos Empréstimos	508.000	835.432	910.420
6.03.04	Pagamento de principal dos empréstimos	-1.373.038	-861.721	-1.401.647
6.03.05	Pagamento de juros sobre empréstimos	-70.795	-43.583	-78.366
6.03.06	Liquidação de Swap	7.625	28.070	-138.440
6.03.07	Pagamento do principal de arrendamentos	-338.747	-257	-287
6.03.08	Pagamento de juros de arrendamento	-15.400	0	0
6.03.09	Não Controladores	0	1	-8
6.03.10	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-58.581	-55.823	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.103	14.247	-57.946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	446.006	431.759	489.705
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.109	446.006	431.759

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037	2	1.115.039
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037	2	1.115.039
5.04	Transações de Capital com os Sócios	811.457	1.131	0	-154.121	0	658.467	0	658.467
5.04.01	Aumentos de Capital	813.699	0	0	0	0	813.699	0	813.699
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.242	0	0	0	0	-2.242	0	-2.242
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.131	0	0	0	1.131	0	1.131
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-75.988	0	-75.988	0	-75.988
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.133	0	-78.133	0	-78.133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	971.993	-5.929	966.064	0	966.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	971.993	0	971.993	0	971.993
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.929	-5.929	0	-5.929
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.983	-8.983	0	-8.983
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	3.054	3.054	0	3.054
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	882.914	-882.914	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	48.600	-48.600	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a realizar	0	0	86.014	-86.014	0	0	0	0
5.06.06	Reserva para investimento	0	0	748.300	-748.300	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.847.177	11.647	882.914	0	-2.170	2.739.568	2	2.739.570

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512	1	1.006.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512	1	1.006.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-68.917	0	-68.917	0	-68.917
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-68.917	0	-68.917	0	-68.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.634	3.808	177.442	1	177.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.634	0	173.634	1	173.635
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.808	3.808	0	3.808
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.769	5.769	0	5.769
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	-1.961	-1.961	0	-1.961
5.07	Saldos Finais	1.035.720	10.516	0	65.042	3.759	1.115.037	2	1.115.039

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	890.712	10.516	0	-70.882	-4.067	826.279	9	826.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	890.712	10.516	0	-70.882	-4.067	826.279	9	826.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.008	0	0	-65.673	0	79.335	0	79.335
5.04.01	Aumentos de Capital	145.008	0	0	0	0	145.008	0	145.008
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.673	0	-65.673	0	-65.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.880	4.018	100.898	-8	100.890
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.880	0	96.880	-8	96.872
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.018	4.018	0	4.018
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.088	6.088	0	6.088
5.05.02.06	Tributos Diferidos	0	0	0	0	-2.070	-2.070	0	-2.070
5.07	Saldos Finais	1.035.720	10.516	0	-39.675	-49	1.006.512	1	1.006.513

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	7.516.927	6.570.488	6.556.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.841.106	6.566.430	6.549.382
7.01.02	Outras Receitas	678.371	4.376	4.791
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.550	-318	2.124
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.201.333	-4.098.642	-4.084.455
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.501.260	-3.348.004	-3.363.630
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-656.374	-698.153	-652.582
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-43.699	-52.485	-68.243
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.315.594	2.471.846	2.471.842
7.04	Retenções	-501.796	-205.224	-197.897
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-501.796	-205.224	-197.897
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.813.798	2.266.622	2.273.945
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	690.391	186.189	168.253
7.06.02	Receitas Financeiras	690.391	168.997	168.253
7.06.03	Outros	0	17.192	0
7.06.03.01	Resultado com derivativo positivo	0	17.192	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.504.189	2.452.811	2.442.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.504.189	2.452.811	2.442.198
7.08.01	Pessoal	737.284	702.638	720.779
7.08.01.01	Remuneração Direta	538.431	512.057	535.901
7.08.01.02	Benefícios	123.280	120.013	113.645
7.08.01.03	F.G.T.S.	48.758	46.787	48.445
7.08.01.04	Outros	26.815	23.781	22.788
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.308.832	797.355	855.983
7.08.02.01	Federais	708.056	237.682	300.063
7.08.02.02	Estaduais	554.732	517.747	513.837
7.08.02.03	Municipais	46.044	41.926	42.083
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	486.080	779.182	738.350
7.08.03.02	Aluguéis	184.631	462.322	445.149

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.03	Outras	301.449	316.860	293.201
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	971.993	173.636	96.880
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.133	68.917	65.674
7.08.04.02	Dividendos	75.988	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	817.872	104.719	31.206
7.08.05	Outros	0	0	30.206
7.08.05.01	Resultado com derivativo negativo	0	0	30.206

Prezados Acionistas,

Submetemos para análise e apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações Contábeis relativas ao mesmo período e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Este material está disponível no site de Relações com Investidores (RI) da C&A Modas S.A. (www.ri.cea.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Mensagem da Administração

O ano de 2019 foi um marco na história da C&A no Brasil. Seguindo definição do grupo controlador, Cofra Holding, foi realizado o IPO da Companhia no Novo Mercado da bolsa brasileira B3 no dia 28 de outubro de 2019. Este evento introduziu um novo modelo de gestão, com maior autonomia no processo decisório do negócio no Brasil, suportado por uma estrutura de governança corporativa reforçada. O Conselho de Administração recebeu membros com experiências que agregam na discussão e validação de nossa estratégia. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos foi criado e políticas foram revisadas para reger nossas decisões.

Enfim, iniciamos com o IPO uma nova fase. Após um ciclo de foco intenso no ganho de eficiência em diferentes frentes, passamos agora a focar em crescimento. Esta nova fase está focada em 5 alavancas que suportarão a C&A em seu papel protagonista no mercado de moda brasileiro. São elas:

Aceleração da abertura de novas lojas. Após um período sem mudança significativa no número de lojas, em 2019 tivemos abertura de 10 novas lojas. Em 2020 este ritmo será acelerado e pretendemos abrir 22 lojas em todo país. A expectativa é que este seja o novo ritmo de abertura para os próximos anos, imprimindo um crescimento mais pujante do que foi observado nos últimos anos, nos posicionando em regiões que, durante os anos de crise tivemos uma participação menos relevante, ao mesmo tempo em que intensificaremos nossa presença em praças já consolidadas.

Otimização da configuração das lojas existentes focando na experiência da cliente. Desde o final de 2016 estamos implementando um projeto de otimização da configuração de nossas lojas para um novo conceito, chamado CVP (*Customer Value Proposition*) no qual a exposição das mercadorias e o fluxo pela loja torna a experiência da cliente mais agradável e propícia a compra. O resultado que temos observado nas lojas já reformadas neste modelo nos incentivou a acelerar o cronograma de reformas que, em 2019 representou 74 lojas reformadas e, para 2020, reformaremos 62 lojas para o conceito CVP.

Modernização da nossa operação de Supply Chain. Como passo necessário para permitir nossa evolução em outras alavancas de crescimento, nossa operação de logística vem sendo atualizada. Em 2019 começamos este processo com as etapas iniciais de um projeto que deverá durar aproximadamente quatro anos para implantação completa e implicará na atualização de sistemas de logística, no redesenho e investimento em Centros de Distribuição, na adaptação

dos fornecedores, em alteração de processos nas lojas e na capacitação dos associados. A primeira etapa consistiu no investimento de R\$5,3 milhões em nosso primeiro *sorter* (equipamento para separação de produtos individualizados - SKUs) para a categoria jeans. Em 2020, além do investimento em um outro *sorter*, será feito o primeiro piloto com a tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID).

Transformação Digital. O pilar de transformação digital, sem dúvida, é o de maior relevância para o crescimento futuro da Companhia. Entendemos que o consumidor transformou sua experiência de compra incorporando novos canais e pontos de contato em seu processo decisório. Neste novo cenário, o conhecimento da cliente, assim como a capacidade de navegar pelos diversos canais é nosso desafio. Em 2019 focamos em melhorias no nosso App, que agora representa 37% das vendas online e reforçamos nossa estratégia *omni*-canal, continuando o *roll-out* das diferentes iniciativas que integram o mundo físico e o online como: *Clique & Retire; Ship from Store* e o Corredor Infinito. Nosso CRM também atingiu um patamar expressivo de crescimento, através do Programa de Relacionamento C&A&VC que atingiu 9 milhões de membros e 40% do faturamento total das lojas físicas vieram destas clientes cadastradas no programa. Em 2020 esta transformação passa também a fazer parte da agenda interna da Companhia com a adoção de novas metodologias de organização de trabalho, como a formação de *Squads* para atuar em desafios específicos. Além disso, com a parceria estabelecida com a Endeavor reforçamos nosso pipeline de projetos inovadores.

Melhoria na oferta de produtos financeiros. Entendemos que a disponibilidade de crédito continua sendo um fator de sucesso para os varejistas no Brasil, permitindo uma maior frequência de compras e aumento no tíquete médio. Por esta razão, intensificaremos as discussões com nosso parceiro e fortaleceremos nossa capacidade interna para permitir a melhoria no atendimento de nossas clientes.

Esta agenda intensa de crescimento trouxe um novo ritmo na gestão da Companhia. Fóruns e rotinas específicas foram instituídos para acompanhar a evolução de cada alavanca especificamente, assim como garantir que a execução ocorra respeitando os prazos e trazendo o melhor resultado. Estamos também reforçando o time de executivos para complementar as novas qualificações que entendemos necessárias para liderar a Companhia no que ela se propôs a entregar.

Mesmo com esta perspectiva de forte crescimento, os resultados de 2019 ainda refletiram um modelo de gestão que buscava eficiência em um cenário econômico de baixo crescimento. Nossa receita líquida total foi de R\$5,3 bilhões, crescimento de 3% em relação a 2018, e as vendas mesmas lojas aumentaram 1,8%. A margem bruta foi de 48,6% e o EBITDA ajustado no ano foi de R\$633,1 milhões.

No ano de 2019 recebemos importantes prêmios que demonstram nosso comprometimento com nossas clientes e associados, tais como: Prêmio Gestão RH, CEO e RH mais admirados pelo ranking IBEVAR, Prêmio Respeito – Empresas que Mais Respeitam o Consumidor, Prêmio das Marcas Mais Amadas na categoria vestuário, pelo Grupo Padrão e Prêmio ECO Amcham entre outros. Nos classificamos também no GPTW entre as melhores empresas para se trabalhar em Barueri e no Brasil.

Nosso *debut* no mercado de capitais foi um momento de ruptura importante no modelo de gestão e objetivo estratégico. A Companhia está entusiasmada com o *roadmap* de crescimento traçado e o nível de energia dos mais de 15 mil associados se reflete no clima da organização. Nós sabemos que os desafios não são óbvios e irão demandar ajustes em nossa cultura, mas não abrimos mão de nossa essência, de ser uma Companhia diversa, jovem e divertida.

Cenário macroeconômico

No início de 2019, o mercado mantinha expectativas otimistas quanto à retomada da economia, que foram frustradas devido ao ritmo mais lento de crescimento nos primeiros meses. No entanto, o segundo semestre acabou surpreendendo positivamente, principalmente com a aprovação da Reforma da Previdência e a melhoria dos indicadores econômicos: o país registrou aumento no consumo e na geração de empregos com carteira assinada, além de retomada nos investimentos e queda da taxa básica de juros. A recuperação do crescimento ocorreu de forma mais intensa a partir da segunda metade do ano.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 12 de fevereiro último, a receita nominal de vendas do comércio varejista brasileiro cresceu 5,0% em 2019 em relação ao exercício anterior. No principal setor de atuação da C&A (tecidos, vestuário e calçados), o crescimento foi de apenas 1,0%.

Negócios e canais

Vestuário

O ano de 2019 também se destacou pela reaproximação à identidade da C&A. Ser uma marca colorida, divertida e com energia passou a protagonizar as decisões internas e já começou a refletir favoravelmente no desempenho dos times Jovens (que visa oferecer moda descomplicada e democrática no tempo certo para clientes conectados) e Jeans (time dedicado ao sortimento de jeans).

Com a equipe de produtos reforçada por competências adicionais, a Companhia passou a ser mais ousada, a fazer apostas focadas em seus atributos e a fortalecer sua proposta para a cliente. Assim, está confiante na obtenção de resultados sólidos, conforme amadureçam as coleções desenvolvidas com a colaboração desses talentos.

Alinhado à tendência global de busca de conforto, em 2019 o time de Básicos, focado principalmente em malharia, também manteve a atuação no reforço da linha de produtos e na garantia de sua qualidade. Assim, as clientes podem contar com ampla oferta de peças, que podem ser usadas por mais tempo e com maior versatilidade, para compor seus looks.

Outro destaque do ano foi o ganho de relevância de nossa marca própria Mindse7, cujo projeto foi fruto da primeira experiência da C&A com metodologias inovadoras e ágeis, iniciado no final de 2018. O objetivo era capturar a moda da rua com velocidade e conferir inovação. Para isso, foi montado um time apartado da estrutura organizacional, com mais autonomia e velocidade de decisão. Inicialmente foram lançadas coleções-cápsulas, vendidas apenas on-line. Contudo,

o sucesso delas, principalmente em relação ao engajamento, encorajou a C&A a evoluir com o projeto, transformando-o na marca Mindse7 que hoje também está disponível nas lojas físicas.

Para 2020 todas essas iniciativas serão intensificadas, principalmente o foco no DNA, e, suportadas pelas alavancas de crescimento, permitirão bons desempenho e resultados para a Companhia.

Fashiontronics

Negócio para a venda de dispositivos eletrônicos, tanto *on-line* quanto offline, o Fashiontronics oferece *smartphones, kindles, tablets*, relógios e acessórios eletrônicos, como fones de ouvido e carregadores, entre outros. A C&A foi a primeira varejista de moda a comercializar essa linha de produtos, que atualmente respondem por cerca de 18% de suas vendas líquidas. A Companhia acredita que o fluxo nas lojas e o atendimento diferenciado – marcado por conexão de confiança com o cliente – sejam suas vantagens competitivas nesse negócio.

Apesar de apresentar retorno por metro quadrado muito atrativo, o desempenho do Fashiontronics em 2019 foi impactado de forma relevante pelo fim do benefício tributário da Lei do Bem e pela intensificação do cenário competitivo, com o ingresso de um novo participante nesse nicho de mercado.

Em 2020, o cenário ainda deverá ser desafiador. Por isso, a Companhia investirá em treinamento para aprimorar o atendimento, de forma a consolidar essa vantagem e vender produtos de preço médio cada vez mais elevados.

Serviços Financeiros

Por meio de parceria com o Bradescard – denominada *Retail Financial Services (RFS)* –, a C&A oferece uma série de produtos e serviços financeiros, como emissão e administração do Cartão C&A, empréstimo pessoal e seguros.

Nesse âmbito, foram realizadas ações importantes em 2019, como o lançamento do cartão C&A com a bandeira ELO e de nova plataforma disponibilizada nas lojas, o que impactou positivamente a oferta de crédito para as clientes.

Assim, em 2020 serão mantidos os esforços para aumentar a disponibilidade de cartões.

Lojas físicas

Em 2019 teve continuidade a expansão do projeto CVP, que tem como objetivo implementar o novo Conceito de Loja e impulsionar as vendas. No ano, 74 unidades passaram a adotar o formato e outras dez foram inauguradas sob ele, resultando em 169 lojas do portfólio já agregadas ao conceito, que visa facilitar a jornada e experiência de compra da cliente a partir de *store layout* e modelo de operação inovadores. Com eles, as clientes experimentam ambientes mais *cleans* e intuitivos, nova distribuição de áreas, mais bem alinhadas a cada categoria da C&A (feminino, masculino e infantil) e produtos considerados estratégicos em posições de destaque. O objetivo é proporcionar uma experiência de compra mais fluida, ágil e agradável,

considerando sempre as demandas específicas de cada mercado. Em relação ao novo conceito de operação, o modelo contempla a oferta de serviços diferenciados com tecnologia capaz de oferecer às clientes atendimento personalizado, caixa móvel, provador inteligente e experiência diferenciada na área de calçados. Em 2020 terá continuidade a expansão desse projeto com mais 62 lojas adaptadas no formato.

E-commerce

Além de nossas lojas como canal de vendas, já temos nosso *e-commerce* estabelecido, operacional desde 2015. As vendas via *e-commerce* apresentaram crescimento de 33,5% em relação a 2018 com melhoria em rentabilidade.

O desafio é sustentar esse ritmo de crescimento acelerado em 2020. Para isso, a Companhia conta com alavancas como evolução da plataforma, personalização, *marketplace*, expansão do conceito do omnicanal e maior sortimento.

O App da C&A segue com taxas de crescimento aceleradas. No quarto trimestre, as vendas cresceram 120% e o aplicativo alcançou 37% das transações do *e-commerce*. O destaque foi a evolução no número de usuários mensais, que atingiu o patamar de 600 mil ao final do período.

Omnicanal

Entendemos que houve uma mudança relevante no comportamento do consumidor nos últimos anos e estamos nos posicionando para responder a esta mudança. Um dos principais aspectos é a experiência fluida entre o off-line (lojas físicas) e o online (*e-commerce*). A cliente navega nas duas interfaces em seu processo de busca de informação, formação de opinião e compra. Nossos esforços em iniciativas omnicanal, nos coloca como líder na oferta de integração total dos estoques e canais aos clientes, sendo que no fim do ano 280 unidades contavam com o serviço Clique & Retire. Adicionalmente, 195 mantinham o sistema de *picking* de pedidos digitais, utilizando estoque, e outras 71 com o *ship from store*, expedindo pedidos diretamente aos clientes e reduzindo o prazo de entrega.

Também foi acelerada a expansão do “corredor infinito”, que permite vender na loja estoques de outras unidades e Centros de Distribuição. A solução está presente em 51 filiais e deve ser estendida no curto prazo.

Foco na cliente

Em 2019, o cadastro no Programa de Relacionamento C&A&VC alcançou 9 milhões de membros, responsável por 40% do faturamento total das unidades, 50% do App e 35% do site.

Foi expandido o benefício “Bate-papo com Estilistas” – *live* sobre moda conduzida pelas estilistas da C&A – para todos os níveis do programa: Curte, Adora e Ama. No total, foram oito edições realizadas em 2019.

Pela plataforma de *gamefication* foram ainda lançadas 14 missões, entre elas quiz, *match* de *looks* e par perfeito, explorando temas como novas coleções e sustentabilidade.

Supply Chain

Em 2019, a Companhia deu início à distribuição de produtos por SKU com a adoção, em seu centro de distribuição, de automação, que conferiu capacidade instalada de até 20 milhões de peças distribuídas por ano nessa primeira onda.

Foi realizado forte trabalho de revisão de custos e aumento de produtividade na logística, o que resultou na redução de aproximadamente 10% do custo logístico por peça analisada.

Também foi promovido o *rollout* da ferramenta de *machine learning* para projeção de vendas, além de outras melhorias na lógica e no processo de abastecimento, aumentando em 25% a acuracidade da distribuição.

Teve início ainda, no ano, o desenho e as primeiras ações de uma série de iniciativas estratégicas, como revisão de malha, introdução do modelo *push pull* e validação de sistemas, que estão sendo aceleradas em 2020.

Outra inovação foi o uso de *Advanced Analytics* para definir a distribuição de produtos entre as lojas. O algoritmo desenvolvido pela equipe de *Data Scientists* da C&A analisa continuamente as características dos produtos, os níveis de estoque e as sazonalidades para definir a quantidade a ser alocada em cada loja. A utilização desse algoritmo resultou em projeções de venda mais precisas e, conseqüentemente, na melhora no giro de itens nas lojas. No quarto trimestre, 54% das peças foram distribuídas sob essa tecnologia.

Desempenho financeiro

Para melhor comparar o ano de 2019 com 2018, foram apurados números pro forma que desconsideram o impacto dos eventos relacionados à adoção do IFRS16 e do ganho de crédito fiscal (não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS) nas despesas e receitas operacionais, no resultado financeiro e no lucro líquido.

R\$ milhões	2019	2018	△	2019 pro forma	△ pro forma
Receita Líquida Total	5.285,2	5.139,1	2,8%	5.285,2	2,8%
Lucro Bruto Total	2.568,1	2.549,1	0,7%	2.568,1	0,7%
Margem Bruta Total	48,6%	49,6%	-1,0 p.p	48,6%	-1,0 p.p
Despesas e Receitas Operacionais	(1.535,0)	(2.192,9)	-30,0%	(2.230,9)	1,7%
EBITDA Ajustado	633,1	635,1	-0,3%	633,1	-0,3%
Margem EBITDA Ajustada	12,0%	12,4%	-0,4 p.p	12,0%	-0,4 p.p
Resultado Financeiro	388,9	(130,7)	+R\$519,6M	(63,3)	+R\$67,4M
Lucro Líquido	972,0	173,6	459,8%	214,2	23,4%
Margem Líquida	18,4%	3,4%	15,0 p.p	4,1%	0,7 p.p

Receita líquida

Em 2019, a receita líquida somou R\$ 5.285,2 milhões, valor 2,8% maior que o de 2018. Este crescimento foi decorrente do desempenho das vendas de vestuário cujas coleções feminina e masculina contribuíram para o aumento de 4,1% na receita líquida do negócio. O aumento de 1,0% na receita de *Fashiontronics* foi alcançado com o melhor desempenho das vendas no primeiro semestre. A receita líquida de Serviços Financeiros – parceria com a Bradescard caiu 10,7%.

Lucro e Margem bruta

Em 2019, o lucro bruto somou R\$ 2.568,1 milhões, valor 0,7% superior ao de 2018. A margem bruta de 48,6% foi 1,0 pp menor que a de 2018 devido (i) à redução das margens brutas dos negócios provocadas pelo comportamento mais promocional; (ii) à maior carga tributária de *Fashiontronics* decorrente do fim da Lei do Bem; (iii) à queda da receita de Serviços Financeiros-parceria Bradescard e (iv) ao fato que este ano a contribuição do hedge cambial de mercadorias para o resultado foi menor.

Despesas e receitas operacionais *pro forma*

Em 2019, as despesas operacionais *pro forma* (sem IFRS16) acumularam R\$ 2.230,9 milhões, valor 1,7% mais alto que o de 2018. A variação de 4,9% nas despesas com vendas *pro forma* é explicada pelos gastos mais elevados com o quadro e custo de ocupação e pelo crescimento da despesa com depreciação originada do maior ritmo de investimentos. As despesas gerais e administrativas *pro forma* caíram 6,7% em função da reversão de provisão para contingências

tributárias. Excluindo o efeito desta reversão nos dois anos, as despesas gerais e administrativas teriam sido 2,2% maior do que 2018 devido principalmente a despesas mais elevadas na conta depreciação e amortização em função de investimentos para suportar nossas alavancas de crescimento em transformação digital e *supply chain*. O resultado de R\$ 646,1 milhões das outras receitas operacionais foi decorrente do crédito fiscal de ICMS. Sem esse efeito o resultado pro forma é igual a R\$ 4,0 milhões.

Ebitda ajustado

O Ebitda ajustado somou R\$ 633,1 milhões, montante 0,3% mais baixo que o de 2018. A margem Ebitda ajustada, de 12,0%, foi 0,4 ponto percentual inferior, na mesma comparação.

Resultado financeiro líquido *pro forma*

O resultado financeiro líquido pro forma representou uma despesa de R\$63,3 milhões, impactado principalmente pelo efeito de derivativos e da variação cambial relacionados a uma dívida com partes relacionadas já liquidada durante o ano de 2019. Excluindo tais efeitos, as principais variações no resultado financeiro *pro forma* foram despesas de juros mais elevadas e aumento nas receitas com a antecipação de fornecedores.

Lucro líquido pro forma

O lucro líquido *pro forma* (sem IFRS16 e crédito fiscal), de R\$ 214,2 milhões, foi 23,4% maior que o de 2018, e a margem líquida *pro forma*, de 4,1%, teve aumento de 0,7 ponto percentual, na mesma comparação.

Investimentos

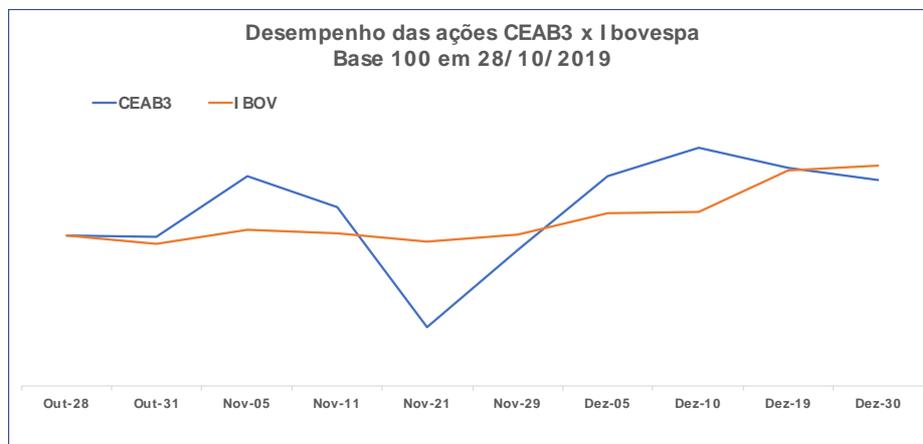
Em 2019, a C&A investiu R\$ 197,3 milhões em suas lojas, dos quais R\$ 65,7 milhões na aceleração da expansão, um dos pilares de sua estratégia de crescimento, com a abertura de 10 lojas. O montante de R\$ 131,6 milhões foi investido em reformas, sendo uma parte destinado às 74 lojas CVP, redesenhadas para proporcionar melhor experiência aos clientes. Dos R\$ 15,1 milhões investidos nos Centros de Distribuição, a maior parcela foi para a implementação do primeiro *sorter*, em alinhamento à estratégia de modernização do modelo de operação da cadeia de suprimentos, com mais velocidade e assertividade e suportando o plano de expansão. Os demais investimentos, de R\$ 106,4 milhões, foram destinados, em sua maioria, à tecnologia e para suportar projetos digitais - proporcionando avanços importantes nas iniciativas de omnicanalidade e aceleração do *e-commerce* e CRM.

Endividamento

Em 2019, a C&A liquidou as dívidas de curto e longo prazos com os recursos da oferta primária, encerrando o exercício com caixa líquido de R\$ 447,1 milhões.

Mercado de capitais

A C&A ingressou na B3 dia 28 de outubro, no Novo Mercado, com preço da oferta inicial das ações de R\$ 16,50. Até 30 de dezembro de 2019, a valorização dos papéis foi de 5,5%. O capital da Companhia totaliza 308.245.068 ações ordinárias e o *free float* é de 34,5%.



Eventos Societários

O Conselho de Administração deliberou, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2019, o pagamento de R\$ 78.133.151,81 de Juros sobre o Capital Próprio bruto (JCP). Esse montante equivale a R\$ 0,2535 por ação. Adicionalmente, deliberou, em 19 de março de 2020, o pagamento de R\$ 75.988.014,95 de dividendos (R\$ 0,2465 por ação). Dessa forma, no exercício de 2019 o montante da remuneração bruta dos acionistas somou R\$ 154.121.166,76 ou R\$ 0,4999 por ação. Os pagamentos serão realizados pelo Banco Bradesco S.A. em datas a serem definidas na Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Governança corporativa

Como empresa de capital fechado e familiar, a C&A buscou continuamente manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, equidade no tratamento dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2019, ao abrir capital e negociar suas ações na bolsa de valores do Brasil, passou a ser regulada pela Lei das Sociedades por Ações e pelas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3 S.A., segundo as quais toda companhia aberta deve reportar determinadas informações, anuais e trimestrais, e relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. A C&A optou por seguir o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A., submetendo-se, voluntariamente, a regras mais rígidas de governança corporativa do que as estabelecidas na legislação brasileira, e:

- Emitiu apenas ações ordinárias e mantém, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação;
- Constituiu um Conselho de Administração e um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;

- Elaborou e aprovou documentos societários obrigatórios, que estão devidamente publicados em seu site de Relações com Investidores; e
- Estabeleceu uma Secretaria de Governança para apoiar o Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e a Diretoria-executiva.

A estrutura da C&A também passou por adaptações em 2019 para se adequar a todas as novas exigências, com o estabelecimento da Gerência de Governança Corporativa, que se reporta ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e está organizada em quatro pilares: (i) Gestão de Riscos & Controles Internos, (ii) Segurança da Informação, Privacidade & Gestão de Identidade, (iii) *Compliance* Corporativo & Ética, e (iv) Auditoria Interna – sendo que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a adequada independência e segregação das funções entre as áreas.

Gestão de pessoas

A moda é o DNA da C&A, que tem como propósito ser uma plataforma de expressão e conexão para a cliente. Sob essa diretriz, valorizar a força de seus associados é fundamental para proporcionar a melhor experiência aos clientes. Com essa crença, em 2019 a Companhia deu sequência e introduziu diversas iniciativas e políticas de gestão de pessoas.

Uma das bases é o desenvolvimento, o que resulta em colaboradores mais felizes, produtivos e, conseqüentemente, mais bem preparados para o atendimento dos clientes. Um dos destaques nesse sentido é o programa Academia da Moda. Dedicado aos colaboradores de loja, que representam cerca de 85% da operação, a iniciativa utiliza o formato *microlearning*, na qual os profissionais aprendem de forma prática, intuitiva e fácil. Foram produzidos no ano mais de 80 conteúdos no formato *microlearning* e contabilizados 15 mil acessos, considerando cursos de todos os formatos e as participações desde 2017, quando a plataforma foi introduzida.

Em alinhamento à transformação digital pela qual vem passando nos últimos anos, a Companhia também tem oferecido aos associados ferramentas para que interajam no ambiente na empresa, mesmo antes de se tornarem colaboradores. Para isso, implementou em 2019 um processo de recrutamento digital em que o candidato passa por testes de afinidade cultural, além de prova de conhecimento gerais. Outro recurso utilizado é a geolocalização, para garantir mais qualidade de vida ao pretendente à vaga. Por meio de *machine learning*, é feito o cruzamento dos resultados alcançados pelos candidatos com o perfil desejado, atraindo cada vez mais talentos apaixonados por atender os clientes

Em 2019 também foram definidos os escopos de diversas iniciativas – casos do novo Ciclo de Gestão, que passará a ser totalmente digital, com ganho de tempo para colaboradores e gestores; e o Degree, plataforma de educação e formação dedicada aos associados do Escritório Central e Centro de Distribuição. Para a Companhia, mais do que desenvolver, é necessário fazê-lo com qualidade e conteúdos ajustados a cada público, para que o associado desempenhe o seu melhor.

A diversidade de sua gente é outro ativo da Companhia, presente tanto nos produtos quanto na forma de agir. Todos os colaboradores têm oportunidades iguais de desenvolvimento e

crescimento profissional. A C&A, por exemplo, foi a primeira empresa do Brasil a estender o benefício de assistência médica a cônjuges em casais homoafetivos, muito antes da exigência legal. Também assinou recentemente os Princípios de Empoderamento Feminino, da ONU, e está trabalhando para promover ainda mais a igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho. O perfil de seu time é bem diverso: as mulheres representam mais de 65% do quadro, sendo 57% dos cargos gerenciais e mais de 30% nas posições de alta liderança.

Em linha com seu novo momento corporativo, em 2019 a Companhia participou pela primeira vez da pesquisa GPTW e foi listada no *ranking* das 20 Melhores Empresas para Trabalhar na categoria Varejo.

Para a C&A, mais do que números e ativos, as pessoas a ajudam diariamente a escrever mais um capítulo da sua história, seja no atendimento ao cliente e no relacionamento com *stakeholders*, seja no respeito com o meio ambiente, aliado ao desenvolvimento de sua cadeia de produtos.

Sustentabilidade

A C&A acredita que todos devem se sentir bem todos os dias. Também se empenha para garantir que os fornecedores tenham boa qualidade de vida, e se compromete com a construção de um planeta saudável. A Companhia quer transmitir aos clientes que faz a coisa certa para que eles possam adquirir seus produtos sem ter de escolher entre o que é ou não sustentável.

Para alcançar sua visão de moda com impacto positivo, o trabalho tem como foco as áreas mais relevantes para os negócios e capazes de proporcionar em sustentabilidade: seus produtos e sua rede de fornecimento.

Principais realizações

Produtos sustentáveis

Em conjunto com seus fornecedores e parceiros, a C&A busca constantemente utilizar matérias primas mais sustentáveis, contribuindo para promover um futuro mais verde e circular, pautado em um ciclo de uso, reutilização e renovação do vestuário. Os destaques nesse sentido são:

- Mais de 70% do algodão utilizado nos produtos foi adquirido como algodão mais sustentável;
- Mais de 50% de todos os materiais utilizados nos produtos da C&A são de origem mais sustentável;
- Em 2019 implementou um programa de coleta de roupas usadas, o Programa Reciclo, em 145 lojas.

Rede de fornecimento sustentável

Os fornecedores e subcontratados têm papel fundamental na estratégia de sustentabilidade da C&A, que audita e desenvolve 100% de sua rede de fornecedores nacionais e internacionais e estabelece metas para que os produtos tenham origem nas unidades fabris com as melhores classificações de acordo com seu protocolo global de auditoria.

Em 2019, mais de 70% dos produtos foram oriundos de fornecedores globais com elevada classificação no protocolo da Companhia, e mais de 70% das próprias unidades de produção detinham essa classificação.

A C&A foi pioneira no trabalho de auditoria social e ambiental no Brasil para as empresas de terceiro nível, como tecelagens e fiações, o que reforça seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos fornecedores.

Em 2019, reduziu mais de 20% suas emissões de carbono nas operações de escritórios, centros de distribuição e lojas, na comparação com 2012 (baseline). As principais alavancas para isso foram as ações de eficiência energética e o uso de fontes mais limpas de energia. A Companhia também obteve mais de 20% de redução no consumo de água em suas operações, superando a meta de 10%.

Como membro fundador do Programa Descarte Zero de Químicos Perigosos, a C&A evoluiu ainda com seu programa pioneiro de gestão de químicos na cadeia do Brasil, auditando e capacitando mais de 50 unidades de produção.

Vidas sustentáveis

A C&A tem a ambição de ser reconhecida como a empresa de varejo de moda mais sustentável do mundo, o que requer disseminar essa ambição internamente. Na última pesquisa de engajamento de associados (EES – *Employee Engagement Survey*), a Companhia obteve índice de 91% de favorabilidade relacionada à sua contribuição para a sociedade e o meio ambiente.

Instituto C&A

O Instituto C&A é uma organização empresarial global que tem como propósito transformar a moda em uma força para o bem. Trabalha em colaboração e parceria com membros de todo o setor em torno de medidas coletivas e oferece apoio técnico e financeiro para diversos projetos.

Sua atuação complementa e reforça as ações de sustentabilidade da C&A, com foco na transformação de toda a indústria. Entre as principais realizações de 2019 no Brasil, destacam-se:

Direito e trabalho

Em 2019, o Instituto C&A deu início a um projeto coletivo em São Paulo com o objetivo de prevenir e combater o trabalho forçado na cadeia da moda, reunindo 13 organizações da sociedade civil e entidades públicas em ações coletivas e de *advocacy*.

Visando combater a violência de gênero na indústria de vestuários, estabeleceu também parceria com o Solidarity Center, possibilitando 14 mudanças nas políticas da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário, que reúne 64 sindicatos e meio milhão de trabalhadores. Além disso, foi responsável pelo lançamento do Fundo ELAS (Fundo Independente para os Direitos da Mulher no Brasil), que selecionou 21 iniciativas para apoiá-las na melhoria dos projetos e na seleção de KPIs programáticos. A iniciativa também contribui para a luta contra a violência de gênero na indústria.

Incentivo ao algodão sustentável

Foi assinado acordo de cooperação entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida/ONU) e a Diaconia (Beneficiário do Instituto), que visa integrar esforços para fortalecer e expandir o algodão na produção agroecológica. O Fida está comprometendo recursos para essa iniciativa no Estado de Sergipe, e o Instituto C&A foi responsável por impulsionar esse projeto.

Moda circular e fortalecimento de comunidades

- Intensos esforços para a construção de relacionamento e comunicação para posicionar o Instituto C&A como um novo participante no campo da economia circular no Brasil;
- 138 organizações apoiadas por voluntários da C&A em todo o Brasil;
- 2.452 associados da C&A foram voluntários em 2019 (15% da força total de trabalho);
- Mais de 16 mil pessoas beneficiadas pelos programas de voluntariado promovidos pelo Instituto C&A.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”), tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. Sua controladora final é a Cofra Holding AG, sediada na Suíça.

A Companhia se tornou sociedade anônima no dia 28 de outubro de 2019, quando passou a ter 32,18% de suas ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3”. Em novembro de 2019, foi negociado um lote suplementar de ações e a Companhia passou a ter 34,50% das ações negociadas na B3.

A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, compreendendo roupas masculinas, femininas e infanto-juvenis, calçados, bolsas, acessórios, além de aparelhos telefônicos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos, entre outros. Também atua na prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos.

No mercado de varejo de modas, as vendas são fortemente impactadas pelas datas comemorativas, especialmente Dia das Mães e Natal. Nos meses com datas comemorativas, a Companhia apresenta volume de vendas acima da média dos demais meses do ano. Essa performance também impacta em outras métricas da Companhia, principalmente estoques, contas a receber, fornecedores e impostos sobre as vendas.

A Companhia realiza suas vendas por meio de 287 lojas (279 lojas em dez/18). Essas lojas são abastecidas por 5 centros de distribuição localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

A Companhia também comercializa seu produto por meio de serviço de *e-commerce*, cuja entrega é feita pelo centro de distribuição de São Paulo diretamente no destino onde se encontra o cliente, ou na modalidade “clique e retire”, pela qual o cliente escolhe uma de nossas lojas para a retirada do produto.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (doravante denominadas “demonstrações contábeis”) da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Reapresentação de saldos comparativos

A Administração realizou alterações na apresentação dos saldos das demonstrações dos resultados e, por consequência, das notas explicativas afetadas relativos ao ano de 2018 com a finalidade de melhor refletir as operações da Companhia como geridas pela Administração. Essas alterações não impactaram no lucro líquido ou lucro antes do imposto de renda e contribuição social, nos saldos das contas patrimoniais, nas demonstrações dos

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultados abrangentes, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia.

A seguir os valores que tiveram alterações no passivo circulante, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	Como anterior-mente reportado em 2018	Reclassificação	Saldo reclassificado em 2018	Como anterior-mente reportado em 2018	Reclassificação	Saldo reclassificado em 2018
Balço Patrimonial – Passivo						
Partes relacionadas	(a) 711.574	(58.580)	652.994	711.575	(58.581)	652.994
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(a) -	58.580	58.580	-	58.581	58.581
Passivo Circulante	1.749.937	-	1.749.937	1.750.068	-	1.750.068
Não Circulante	613.231	-	613.231	613.230	-	613.230
Total do patrimônio líquido	1.115.037	-	1.115.037	1.115.039	-	1.115.039
Total do passivo e patrimônio líquido	3.478.205	-	3.478.205	3.478.337	-	3.478.337
Demonstração dos Resultados						
Receita líquida	(b) 5.164.404	(27.246)	5.137.158	5.166.360	(27.246)	5.139.114
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(b) (2.617.217)	27.246	(2.589.971)	(2.617.217)	27.246	(2.589.971)
Lucro Bruto	2.547.187	-	2.547.187	2.549.143	-	2.549.143
Gerais e administrativas	(c) (481.379)	20.322	(461.057)	(482.233)	20.322	(461.911)
Vendas	(c) (1.699.883)	(20.322)	(1.720.205)	(1.699.883)	(20.322)	(1.720.205)
Lucro antes do resultado financeiro	355.875	-	355.875	356.221	-	356.221
Resultado financeiro	(130.669)	-	(130.669)	(130.671)	-	(130.671)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	225.206	-	225.206	225.550	-	225.550
Lucro líquido do exercício	173.634	-	173.634	173.636	-	173.636
Demonstração dos fluxos de caixa						
Provisão para perda nos estoques	(d) 53.013	(11.503)	41.510	53.013	(11.503)	41.510
Estoques	(d) (64.200)	11.503	(52.697)	(64.200)	11.503	(52.697)
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	358.211	-	358.211	358.536	-	358.536
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(246.408)	-	(246.408)	(246.408)	-	(246.408)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(97.882)	-	(97.882)	(97.881)	-	(97.881)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.921	-	13.921	14.247	-	14.247
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	431.002	-	431.002	431.759	-	431.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	444.923	-	444.923	446.006	-	446.006

- (a) A Administração incluiu uma nova rubrica no balanço patrimonial chamada “Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” e reclassificou os valores devidos a partes relacionadas da rubrica “Partes relacionadas”.
- (b) A Administração entendeu que os valores recebidos de fornecedores referentes à bonificação deveriam ser apresentados como redutor do custo das mercadorias vendidas e não como complemento de receita líquida. Em 2018 esse valor era de R\$35.182 (líquido de impostos).
A Administração reclassificou R\$ 7.936 referente aos impostos sobre perda de inventário que estavam classificados como redutor de receita líquida para custo das mercadorias vendidas.
- (c) A Administração identificou valores de despesas de frete de mercadorias e outras despesas necessárias para vender as mercadorias no valor de R\$20.322 classificadas como despesa administrativa e reclassificou para despesa de vendas.
- (d) A Administração revisou a movimentação da provisão para perdas de estoque e reclassificou o montante de R\$ 11.503 na demonstração dos fluxos de caixa.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Orion” ou “controlada”).

O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para a controlada.

Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a controlada foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores.

A Orion é uma sociedade anônima fechada e tem como objeto social a aquisição de créditos originados pelo sistema financeiro e a gestão de carteiras de créditos próprios e/ou de terceiros.

4. Políticas contábeis

4.1. Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

c) Recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita somente por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce* e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

e) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os custos incorridos nos centros de distribuição, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e os custos dos serviços prestados, são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

f) Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira" na demonstração do resultado.

g) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito, conforme especificação contratual descrita na Nota 4.7.

O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobrados dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Companhia, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

h) Direitos não exercidos de clientes

A Companhia reconhece uma receita quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados até o prazo de validade.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

b) Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

4.4. Contas a receber

As contas a receber compreendem os recebíveis pela venda de mercadorias, estão concentradas com operadoras de cartões de crédito e apresentadas a valores de realização. Compreendem também os valores a receber referente à parceria que oferece serviços financeiros aos clientes e, em menor montante, valores a receber de parceiros comerciais.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações.

Para as vendas com cartão de crédito, o risco de inadimplência é assumido pelas operadoras de cada cartão. A Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (“*chargebacks*”).

As perdas atuais da Companhia estão concentradas em valores não conciliados com parceiros de negócio e vendas não reconhecidas pelos clientes, e não são relevantes quando comparadas ao total de recebíveis da Companhia. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas esperadas de créditos baseada no histórico dessas operações.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e impostos não recuperáveis. O custo dos estoques não excede seu valor de realização, exceto nos casos para os quais foi constituída provisão para cobrir eventuais perdas. Dos custos, são deduzidos os descontos recebidos na antecipação de fornecedores e o custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de *hedge* de fluxo de caixa.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Companhia, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

Os gastos com fretes para envio de mercadorias das centrais de distribuição para as lojas são registrados diretamente como despesas de vendas, no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

4.6. Investimento em controlada

O investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração no resultado.

4.7. Parceria para fornecimento de serviços financeiros

A Companhia mantém uma parceria com o Bradescard para o fornecimento de serviços financeiros aos seus clientes.

De acordo com o contrato dessa parceria, a instituição financeira é responsável pelas atividades principais da operação. A Companhia é somente responsável pelo agenciamento dos serviços financeiros de controle do Bradescard. As receitas e despesas relacionadas a essa operação são controladas separadamente por cada uma das empresas envolvidas e, ao final de cada período, é apurado o valor de comissão para a Companhia, a qual é registrada como receita de comissão de vendas

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de produtos financeiros do Bradescard em Receita líquida na demonstração de resultado.

4.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção dos bens, acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja nos casos em que elas não estejam incluídas em direitos de uso, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Ao final de cada exercício, a vida útil estimada, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revistos e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil, é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas da Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.9. Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

4.10. Arrendamento mercantil (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018)

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia ou à sua controlada basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme descrito na Nota 4.25.

4.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício *store contribution* menor que 5% sobre as vendas líquidas.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

4.12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

4.13. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modalidade de contribuição definida (Nota 29). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

4.14. Provisão para restauração das lojas

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Companhia assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado ou ao ativo de direito de uso, no caso de lojas sujeitas ao IFRS16/CPC06, com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

4.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.16. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os custos

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia possui ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao custo amortizado; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”). A Companhia adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

A Companhia contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla a parcela inefetiva dos instrumentos derivativos utilizados pela Companhia para fins de *hedge accounting*.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros ativos classificados como custo amortizado. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, uma vez que, conforme a avaliação de risco para perdas estas, estão concentradas nas vendas não reconhecidas pelos clientes e recebíveis com parceiros de negócio. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas decorrentes da avaliação periódica da carteira de recebíveis efetuada pela Administração.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias ou mais. Essa situação refere-se a recebíveis com parceiros de negócios. Os casos são analisados individualmente e a provisão é constituída se há expectativa de perda desses valores.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e sua controlada mantinham somente passivos financeiros classificados nas categorias de (i) passivo financeiro ao custo amortizado e (ii) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Os passivos financeiros da Companhia e sua controlada são fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas, arrendamento mercantil a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Companhia como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por compras futuras a serem realizadas em moeda estrangeira para liquidar dívidas com fornecedores estrangeiros e, em 2018, também para liquidar empréstimos a pagar para partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

As operações de *swap* não são designadas para *hedge accounting*, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O índice de *hedge* é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de *hedge* e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de *hedge* quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de *Hedge* da Companhia.

Hedge que satisfaz os critérios para a contabilidade de *hedge* da Companhia está registrado da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de 0,37% e 0,49%, respectivamente.

4.18. Empréstimos com partes relacionadas

Até outubro de 2019, a necessidade de capital era suprida por operações com partes relacionadas, o que se dava via aumento de capital ou captação de empréstimos. Por esta razão, todas as transações relacionadas a essa operação são consideradas como atividades de financiamento e classificadas na demonstração de fluxo de caixa nessa mesma rubrica. Isso inclui aumento e diminuição de capital, captação e amortização de empréstimos, pagamento de juros e liquidação de *swap* relacionados a esses empréstimos.

4.19. Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pelo presidente e pela matriz para fins de análise e tomada de decisão.

4.20. Patrimônio líquido

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.21. Dividendos propostos e pagos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como passivo na data do balanço, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em seu estatuto social. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são registrados somente na data em que os dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

4.22. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de remuneração baseados em ações, que compreendem opções a serem liquidadas exclusivamente com emissão ou entrega de ações ordinárias da própria Companhia.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza métodos de valorização apropriados, cujos detalhes estão divulgados na Nota 9.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como despesa, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido na conta de reserva de capital, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao direito de exercício da opção (*vested*). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada na conta de despesas administrativas.

Quando o plano é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorra por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano é registrada imediatamente.

As opções em aberto são refletidas no cálculo do lucro por ação diluído (Nota 30).

4.23. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

4.24. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.25. Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 01/01/2019

4.25.1. Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente (nota 4.10) arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamentos.

Política contábil de arrendamento vigente a partir de 2019

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que a Companhia teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas (nota 4.10).

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando uma taxa incremental em 1º de janeiro de 2019 (taxa real, sem inflação) que reflete a taxa de captação da Companhia em condições de mercado. A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.737.694 que, complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento financeiro de R\$1.742.394 e R\$1.737.694, respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas,

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

centros de distribuição e *data center*. O detalhamento da composição dos saldos, a contabilização dos saldos iniciais, bem como sua movimentação para 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados na Nota 17.

O passivo de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 pode ser reconciliado com os compromissos de aluguel em 31 de dezembro de 2018 como segue:

Compromissos de arrendamento operacional em 31 dezembro de 2018	2.266.094
Exclusão do PIS e COFINS nos pagamentos futuros	(198.699)
Taxa desconto ponderada	3,75%
	<hr/>
Contrato de arrendamento descontado em 1º de janeiro de 2019	1.765.750
Compromissos relativos a contratos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor	(29.904)
Passivos de arrendamento classificados previamente como arrendamento financeiro	1.848
	<hr/>
Passivos de arrendamento em 1º janeiro de 2019	1.737.694

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos (Nota 17.a).

4.25.2. ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (vigência a partir de 01/01/2019)

A interpretação ICPC 22, aprovada em 21 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC32/IAS12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

O CPC32/IAS 12 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos dessa norma contábil com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia, não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4.26. Pronunciamentos emitidos com vigência a partir de 01/01/2020

a) Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios contida no IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

b) Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) imposto de renda e a contribuição social diferidos;
- f) taxas e os prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- j) participação nos lucros; e
- k) pagamentos com base em ações.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas significativas periodicamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	3.226	3.043	3.226	3.043
Bancos	62.659	69.870	64.133	70.953
Aplicações financeiras	379.750	372.010	379.750	372.010
	445.635	444.923	447.109	446.006

A Companhia possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 75% a 99% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDIs"), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a recebera) Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operadoras de cartão	1.116.847	1.096.037	1.116.847	1.096.037
Comissão a receber – fornecedores de telefonia	12.320	15.491	12.320	15.491
Comissão a receber - seguradoras	6.957	9.885	6.957	9.885
Direitos de créditos	-	1.934	45	2.178
Parceria cartão Bradescard	13.617	23.214	13.617	23.214
Outros	21.412	13.331	21.413	13.329
Provisão para perdas de crédito esperadas	(19.715)	(17.298)	(19.715)	(17.298)
	1.151.438	1.142.594	1.151.484	1.142.836

b) Contas a receber líquidas da provisão para perdas esperadas por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Reapresentado	2019	2018 Reapresentado
A vencer:				
Até 30 dias	503.281	499.104	503.281	499.104
De 31 a 60 dias	258.854	279.027	258.854	279.027
De 61 a 90 dias	188.271	163.656	188.271	163.656
De 91 a 120 dias	70.611	72.928	70.611	72.928
De 121 a 150 dias	47.825	47.783	47.825	47.783
De 151 a 180 dias	24.216	25.185	24.216	25.185
Acima de 180 dias	54.360	53.007	54.360	53.007
	1.147.418	1.140.690	1.147.418	1.140.690
Vencidos:				
Até 30 dias	2.965	488	2.965	488
De 31 a 60 dias	497	494	497	494
De 61 a 90 dias	24	128	24	128
Há mais de 90 dias	326	294	372	536
	3.812	1.404	3.858	1.646
Contas a receber não reconhecidas pelos clientes (*)	208	500	208	500
Total	1.151.438	1.142.594	1.151.484	1.142.836

(*) Inclui valores de vendas efetuadas por meio de cartão de crédito do Banco Bradescard, cuja compra não foi reconhecida pelos proprietários do cartão no valor de R\$4.461 em 2019 (R\$1.989 em 2018) e, portanto, foram considerados na provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia também registrou provisão para perdas de crédito esperadas de valores bloqueados judicialmente nas contas bancárias da C&A no montante de R\$10.917 em 2019 (R\$10.917 em 2018), mas cuja responsabilidade pela condução dos processos e desbloqueio é do Banco Bradescard.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas (controladora e consolidado)

	2019	2018
Saldo inicial	(17.298)	(16.980)
Adição	(8.377)	(7.508)
Reversão	5.960	7.190
Saldo final	(19.715)	(17.298)

d) Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com o perfil de crédito dos clientes. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de 0,37% e 0,49%, respectivamente. A realização do ajuste a valor presente é registrada em contrapartida à receita de vendas.

8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber				
Instituto C&A de Desenvolvimento Social (*)	18	32	18	32
Porticus Latin America Consult (*)	29	9	29	9
Famamco Adm. de Bens (*)	142	8	142	8
Cofra Latin America(*)	6	7	6	7
Orion Sec. Cred. Financeiros (*)	6	6	-	-
Cyamprev Soc. Previd. Privada	161	-	161	-
	362	62	356	56
Dividendos a receber				
Orion Sec. Cred. Financeiros	749	499	-	-
	749	499	-	-
Despesas antecipadas				
RSC Commercial	-	203	-	203
	-	203	-	203
Total do ativo com partes relacionadas	1.111	764	356	259

(*) As empresas do grupo Cofra possuem contrato de compartilhamento de despesas, referente às despesas gerais e administrativas.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a pagar				
C&A AG	27.160	29.211	27.160	29.211
C&A Sourcing	39.967	27.372	39.967	27.372
Cyamprev Soc. Previd. Privada	2.376	2.391	2.376	2.391
COFRA Latin America	16	14	16	14
	69.519	58.988	69.519	58.988
Juros sobre o capital próprio e dividendos				
COFRA Latin America Ltda.	8	3	8	4
Incas SARL	47.613	29.289	47.613	29.289
COFRA Investments	47.614	29.288	47.614	29.288
	95.235	58.580	95.235	58.581
Empréstimos a pagar				
COFRA Treasury	-	382.597	-	382.597
C&A Mode AG	-	524.859	-	524.859
	-	907.456	-	907.456
Total do passivo com partes relacionadas	164.754	1.025.024	164.754	1.025.025
(-) JSCP e dividendos com partes relacionadas	(95.235)	(58.580)	(95.235)	(58.581)
Passivo circulante com partes relacionadas	69.519	652.994	69.519	652.994
Passivo não circulante com partes relacionadas	-	313.450	-	313.450

O fluxo de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas é apresentado como fluxo de caixa das atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A relação que a Companhia possui com as partes relacionadas é como segue:

Associada, sem influência significativa	Controladora direta
C&A Mexico	COFRA Investments
C&A Mode AG	Incas SARL
C&A Sourcing	Controladora indireta
COFRA Brussels	C&A AG
COFRA Latin America	Controlada
COFRA Treasury	Orion
Famamco Adm. de Bens	Associada sob influência direta
Instituto C&A	Cyamprev Soc. Previd. Privada
Lufico	
Porticus Latin America Consult	
Redevco Belgium	
RSC Commercial Services	

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reembolso pelo compartilhamento de despesa				
Cofra Latin America	56	79	56	79
Orion Sec. Cred. Financeiros	55	80	-	-
Famamco Administração de Bens	71	135	71	135
Porticus	80	116	80	116
Instituto C&A de Desenvolvimento social	87	127	87	127
	349	537	294	457
Receitas de serviços prestados				
C&A Mexico	6.128	6.557	6.128	6.557
	6.128	6.557	6.128	6.557
Compras de mercadorias				
C&A Sourcing	(301.216)	(343.273)	(301.216)	(343.273)
	(301.216)	(343.273)	(301.216)	(343.273)
Royalties e compras de serviços				
RSC Commercial	(1.243)	(1.015)	(1.243)	(1.015)
Cofra Latin America	(183)	(175)	(183)	(175)
C&A AG	(31.953)	(34.365)	(31.953)	(34.365)
	(33.379)	(35.555)	(33.379)	(35.555)
Resultado financeiro				
C&A Mode AG	(60.293)	(23.700)	(60.293)	(23.700)
Lufico S.A.	-	(5.764)	-	(5.764)
Cofra Brussels	-	(504)	-	(504)
Redevco Belgium	-	(413)	-	(413)
Cofra Treasury	(456)	(10.768)	(456)	(10.768)
	(60.749)	(41.149)	(60.749)	(41.149)
Contribuições previdenciárias				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	(8.706)	(9.431)	(8.706)	(9.431)
	(8.706)	(9.431)	(8.706)	(9.431)

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações da Companhia por meio de serviços de consultoria ou importações de mercadorias, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes.

A Companhia mantém contas a pagar à C&A AG referentes a *royalties* pelo uso da marca "C&A". Até dezembro de 2019, esses valores eram apurados com base nas receitas de vendas com mercadorias e eram devidos apenas se a Companhia obtivesse lucro no exercício. Foi assinado um novo contrato, no qual estipula que a partir de janeiro de 2020, a Companhia está isenta de pagamento de royalties pelo uso da marca. O passivo com a associada apresenta-se líquido de imposto de renda retido na fonte e CIDE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram apurados *royalties* no montante de R\$31.953 (R\$34.365 em 2018).

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do saldo de empréstimos

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	907.456	849.906
Novos empréstimos	508.000	835.432
Variação cambial	(32.372)	86.273
Juros	60.749	41.149
Pagamento de juros	(70.795)	(43.583)
Pagamento do principal	(1.373.038)	(861.721)
Saldo final	-	907.456

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Remuneração fixa	10.435	8.634
Remuneração variável	3.330	3.962
Contribuições planos pós empregatícios	813	846
Incentivo de longo prazo	1.766	-
Total	16.344	13.442

9. Plano de remuneração baseado em ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos.

A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do período de três anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao cumprimento cumulativo das duas condições a seguir, em cada aniversário da data da outorga: (i) o participante deverá ter permanecido ao longo do respectivo período de carência como empregado ou administrador da Companhia e (ii) o preço médio por ação na B3, bolsa de valores do Brasil, durante os vinte e dois pregões imediatamente anteriores à cada aniversário da data da outorga, deverá ser igual ou superior ao preço por ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia, corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do exercício de 2019

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	MPPE (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Opções outorgadas durante o exercício	1.148.148	1,00
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.148.148	1,00

(*) Média ponderada do preço de exercício

Durante o exercício, não houve opções exercidas, vencidas ou canceladas, devido ao recente lançamento do plano.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2019 era de 1,3 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício era de R\$8,4256. O preço de exercício para as opções remanescentes no fim do exercício era de R\$1,00.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados nos três lotes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	8,09	8,45	8,73
Rendimento de dividendos (%)	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco (%)	4,41%	4,78%	5,31%
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2020	21/10/2021	21/10/2022
Média ponderada do preço das ações (R\$)	16,50	16,50	16,50
Modelo utilizado	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$1.131 de despesa relativa ao plano de remuneração baseado em ações, tendo como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas a serem conhecidas nos próximos exercícios são como segue:

Exercício social	R\$
2020	5.232
2021	2.414
2022	897

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoquesa) Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Mercadorias para revenda	560.241	523.397
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	1.244	-
Ajuste a valor presente	(8.846)	(10.324)
Provisão para perdas	(32.202)	(40.716)
	520.437	472.357
Importações em andamento	24.280	18.257
	544.717	490.614

b) Movimentação da provisão para perdas

	2019	2018
Saldo inicial	40.716	33.736
Constituição	38.836	41.510
Perdas efetivadas (i)	(47.350)	(34.530)
Saldo final	32.202	40.716

- (i) A Companhia realiza inventários periódicos dos produtos com alto risco de perda durante todo o ano e inventários completos de todos itens uma vez ao ano. À medida que os inventários são realizados, os ajustes apurados são considerados como perdas efetivadas, consumindo as provisões para perdas de inventário.

A Companhia realizou a destruição de R\$5.832 de mercadorias consideradas como obsoletas no ano de 2019.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	25.436	17.838	25.436	17.838
COFINS	-	3.679	-	3.679
PIS	-	620	-	620
Crédito extemporâneo de PIS / COFINS	1.282.030	-	1.282.030	-
IRRF	-	-	8	9
IPI	328	327	328	327
Outros	8.977	2.314	8.977	2.313
	1.316.771	24.778	1.316.779	24.786
Ativo circulante	795.635	17.129	795.643	17.137
Ativo não circulante	521.136	7.649	521.136	7.649

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

A Companhia ingressou com duas ações judiciais que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos no passado, sendo que uma engloba o período de 2002 a 2014 e outra de 2015 a 2017.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu, nos autos do *leading case* (RE 574706) que tratou dessa tese, pela inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. A União Federal ingressou com embargos de declaração para que o STF defina e esclareça também a modulação dos efeitos (a partir de quando o ICMS deve ser excluído) e a fixação da forma de cálculo (qual valor de ICMS a ser excluído - o pago, líquido dos créditos oriundo das compras, ou o ICMS sobre vendas); o que encontra-se pendente. Não obstante os embargos interpostos pela União Federal, os Tribunais Regionais Federais (TRF) – instâncias inferiores – devem e têm seguido a decisão do STF no julgamento de todos os processos de outros contribuintes que foram sobrestados em função do julgamento do *leading case*.

Em 8 de abril de 2019, a Companhia foi informada por seus assessores legais que, em 28 de fevereiro de 2019, o mandado de segurança, em julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que buscava reconhecer seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014 teve seu trânsito em julgado, sem possibilidade de apelação, em linha com o que foi decidido no RE 574706, julgado pelo STF em sede de recurso repetitivo.

Consoante, a Companhia reconheceu R\$1.282.030 como Crédito fiscal de PIS/COFINS durante o exercício 2019, sendo R\$663.538 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$618.492 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. O montante original é complementado à medida que novas documentações são validadas. A Companhia atualiza esses valores mensalmente.

O potencial crédito fiscal referente à segunda ação judicial, relativa ao período de 2015 a 2017, será reconhecido quando houver o trânsito em julgado dessa ação específica, pois é, por enquanto, considerado como um ativo contingente.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal atualizado de R\$1.282.030 seja compensado em até 3 anos, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Companhia, conforme demonstrado a seguir.

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	659.556
2021	444.706
2022	177.768

O início da compensação desse crédito fiscal somente poderá ocorrer após deferimento da habilitação de créditos pela Secretaria da Receita Federal, a qual a Administração estima

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acontecer no início de 2020, conforme verificado em situações similares de outros contribuintes.

São requisitos para o pedido de habilitação, a abertura de um processo administrativo devidamente instruído com o formulário do pedido de habilitação de crédito, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, bem como a certidão de inteiro teor do processo, expedida pela Justiça Federal (art. 100 da IN 1717/2017 RFB). Em dezembro de 2019, a Companhia, respaldada por seus assessores legais e em cumprimento aos requisitos da habilitação, apresentou nos autos do Mandado de Segurança uma declaração de inexecução mediante a qual expressa sua intenção de não executar em juízo o crédito que lhe foi reconhecido pela decisão que transitou em julgado, uma vez que procederá sua compensação na via administrativa. No presente momento, aguarda-se a expedição da certidão de inteiro teor, que é condição para protocolar o pedido de habilitação do crédito. A expectativa da Administração é de que em março de 2020 o pedido de habilitação já esteja protocolado perante a Receita Federal, que, por sua vez, terá o prazo de 30 dias para o deferimento do pleito.

A movimentação dos créditos tributários no exercício de 2019 foi como segue:

Saldo em 31/12/2018	Reconhecimento de créditos	Juros	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
-	663.538	592.529	25.963	1.282.030

12. Outros ativos

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Despesa antecipada de seguros	5.547	1.034
I.P.T.U	35	512
Despesa antecipada informática	7.514	5.469
Adiantamento a funcionários	902	1.238
Empréstimo pessoal a funcionários	2.548	3.573
Despesa antecipada de publicidade	3.024	-
Despesa antecipada com aluguel	1.000	6.406
Adiantamento a fornecedores	1.552	1.360
Ativo atuarial	1.078	391
Despesa antecipada com cartão bônus	61	-
Outros	326	860
	23.587	20.843
Ativo circulante	21.609	17.940
Ativo não circulante	1.978	2.903

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição sociala) Composição e movimentação dos tributos diferidos (controladora e consolidado)

	Saldo no início do exercício	Aumento / (Redução) com contrapartida		Saldo no fim do exercício
		no resultado	no patrimônio líquido	
2019				
Prejuízos fiscais e bases negativas	189.302	(14.648)	-	174.654
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	111.916	(80.078)	-	31.838
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.485	624	-	22.109
Provisão perda de imobilizado	15.745	(3.830)	-	11.915
Provisão para participação no lucro	18.107	(3.038)	-	15.069
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	-	28.459	-	28.459
Ajuste a valor presente	5.214	(5.214)	-	-
Outras	38.178	80.013	3.054	121.245
Ativo fiscal diferido	399.947	2.288	3.054	405.289
Créditos tributários por exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS (i)	-	(435.890)	-	(435.890)
Ajustes a valor presente	-	(2.375)	-	(2.375)
Ajustes a valor justo	(29.304)	16.649	-	(12.655)
Passivo fiscal diferido	(29.304)	(421.616)	-	(450.920)
	370.643	(419.328)	3.054	(45.631)
2018				
Prejuízos fiscais e bases negativas	200.323	(11.021)	-	189.302
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	119.471	(7.555)	-	111.916
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.685	800	-	21.485
Provisão perda de imobilizado	26.648	(10.903)	-	15.745
Provisão para participação no lucro	22.747	(4.640)	-	18.107
Ajustes a valor presente	4.416	798	-	5.214
Outras	35.480	4.659	(1.961)	38.178
Ativo fiscal diferido	429.770	(27.862)	(1.961)	399.947
Ajustes a valor justo	(30.959)	1.655	-	(29.304)
Passivo fiscal diferido	(30.959)	1.655	-	(29.304)
	398.811	(26.207)	(1.961)	370.643

- (i) O montante de R\$(435.890) refere-se ao diferimento da tributação sobre os ganhos da ação que reconheceu o direito da Companhia em recuperar os impostos pagos a maior, com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, comentados na Nota 11, acima. A Companhia, suportada pelo parecer de seus assessores legais, irá tributar as receitas no momento do deferimento do pedido de habilitação de crédito por parte da Receita Federal do Brasil, o qual espera-se que ocorrerá em 2020.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Previsão de realização dos tributos diferidos do saldo de 31 de dezembro de 2019

Ano	R\$
2020	(77.281)
2021	(40.655)
2022	(25.580)
2023	15.282
2024	11.248
De 2025 a 2027	35.389
De 2028 a 2030	35.966
	<u>(45.631)</u>

c) Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.421.608	225.206	1.422.026	225.550
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(483.347)	(76.570)	(483.489)	(76.687)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	231	257	-	-
Juros sobre capital próprio	26.565	23.432	26.565	23.432
Doações não dedutíveis	-	(1.520)	-	(1.520)
PAT e Lei de incentivo à cultura	4.951	476	4.951	476
Ajustes de <i>transfer pricing</i> e incentivo à Inovação tecnológica (P&D)	1.973	1.102	1.973	1.109
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	-	48	-
Outras adições e exclusões permanentes	(12)	1.251	(81)	1.276
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(449.615)	(51.572)	(450.033)	(51.914)
Corrente	(30.287)	(25.365)	(30.705)	(25.707)
Diferido	(419.328)	(26.207)	(419.328)	(26.207)
	(449.615)	(51.572)	(450.033)	(51.914)
Alíquota efetiva	32%	23%	32%	23%

14. Investimentoa) Informações sobre investimento em controlada

Orion	Participação acionária	Ativo circulante	Passivo circulante	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro	Valor	
							contábil do investimento	Equivalência patrimonial
2019	99,8%	2.050	(1.213)	837	2.719	681	836	680
2018	99,8%	1.998	(1.091)	907	2.051	757	905	756

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do investimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 31 de dezembro	905	648
Equivalência patrimonial	680	756
Dividendos declarados	(749)	(499)
Saldo em 31 de dezembro	<u>836</u>	<u>905</u>

15. Imobilizadoa) Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

<u>Imobilizado</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Redução do Valor Recuperável</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Máquinas e equipamentos	173.331	(119.964)	(1.526)	51.841
Móveis e utensílios	408.265	(226.749)	(4.858)	176.658
Equips. Informática	203.473	(137.850)	(218)	65.405
Veículos	534	(468)	-	66
Benfeitorias	1.127.356	(731.495)	(27.347)	368.514
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	51.506	-	-	51.506
Provisão para restauração de lojas	1.170	(769)	-	401
Outros	2.895	-	-	2.895
	<u>1.968.656</u>	<u>(1.217.295)</u>	<u>(33.949)</u>	<u>717.412</u>

<u>Imobilizado</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Redução do Valor Recuperável</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Máquinas e equipamentos	174.158	(115.992)	(1.700)	56.466
Móveis e utensílios	359.332	(222.156)	(10.225)	126.951
Equips. Informática	163.869	(121.214)	(214)	42.441
Veículos	534	(443)	-	91
Benfeitorias	1.089.036	(682.358)	(31.397)	375.281
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	25.309	-	-	25.309
Provisão para restauração de lojas	25.110	(21.970)	-	3.140
Arrendamento financeiro	7.104	(2.894)	-	4.210
Outros	2.912	-	-	2.912
	<u>1.847.490</u>	<u>(1.167.027)</u>	<u>(43.536)</u>	<u>636.927</u>

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Efeitos da adoção do IFRS 16	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão de provisão impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Máquinas e eqptos	8%	56.466	-	404	(11.576)	(571)	6.943	-	175	51.841
Móveis e utensílios	11,80%	126.951	-	67.519	(39.703)	(4.840)	21.364	-	5.367	176.658
Equip. informática	20%	42.441	-	34.272	(21.975)	(453)	11.124	-	(4)	65.405
Veículos	20%	91	-	-	(25)	-	-	-	-	66
Benfeitorias (i)	10,52%	375.281	-	1.662	(97.393)	(11.424)	96.343	-	4.045	368.514
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	25.309	-	214.810	-	-	(135.774)	(52.839)	-	51.506
Provisão devolução de lojas (ii)	12%	3.140	(2.716)	180	(80)	(123)	-	-	-	401
Arrendamento financeiro	-	4.210	(4.210)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	2.912	-	506	-	(523)	-	-	-	2.895
Total		636.927	(6.926)	319.353	(170.752)	(17.934)	-	(52.839)	9.583	717.412
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2017		Adições (iii)	Depreciação (iv)	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Máquinas e eqptos	8%	68.285		226	(12.756)	(942)	1.160	-	493	56.466
Móveis e utensílios	11,80%	78.319		64.767	(24.959)	(17.875)	14.227	-	12.472	126.951
Equip. informática	20%	38.740		16.597	(17.299)	(304)	4.743	-	(36)	42.441
Veículos	20%	116		-	(25)	-	-	-	-	91
Benfeitorias	10,52%	397.889		2.218	(100.709)	(19.382)	76.665	-	18.600	375.281
Terrenos	-	126		-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	19.774		154.829	-	-	(96.795)	(52.499)	-	25.309
Provisão devolução de lojas	12%	3.395		270	(525)	-	-	-	-	3.140
Arrendamento financeiro	5%	4.473		-	(263)	-	-	-	-	4.210
Outros	-	1.455		1.457	-	-	-	-	-	2.912
Total		612.572		240.364	(156.536)	(38.503)	-	(52.499)	31.529	636.927

- (i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores, etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (ii) A Companhia possui 15 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A estes contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução.
- (iii) De janeiro a dezembro de 2019, a Companhia adquiriu R\$ 319.353 de ativos imobilizados, dos quais R\$6.292 encontram-se como contas a pagar registradas em Fornecedores e R\$8.199 foram desembolsados em 2019 referentes aquisições de 2018 (de janeiro a dezembro de 2018, foram adquiridos R\$240.364, dos quais R\$8.199 apresentavam-se em contas a pagar naquela data e R\$13.328 foram desembolsados em 2018 referente a 2017).
- (iv) No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$7.231 como depreciação acumulada, que se trata da reversão de perda por desvalorização realizada pela Companhia considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Redução do Valor Recuperável (*Impairment*)

A Companhia considera como unidades geradoras de caixa (UGC) cada loja individualmente. As UGCs são avaliadas anualmente com o objetivo de verificar se o valor de seus ativos nas demonstrações financeiras não excede seu valor recuperável.

Para a identificação dos ativos que podem ter indícios de desvalorização a Companhia utiliza os seguintes critérios:

- *Store contribution* - conforme modelo gerencial da Companhia é considerado o lucro bruto das lojas menos as despesas operacionais diretas, utilizando essa medição como referência à rentabilidade da loja. Para a seleção de lojas que serão testadas consideramos o percentual de *store contribution* menor que 5%; e
- Lojas com registro de *impairment* no ano anterior.

Além disso, as lojas devem ter mais de três anos, que é a idade para ser considerada uma loja madura na Companhia.

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, depois do imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado foram consideradas as premissas abaixo:

- (i) Receitas: projetadas até o prazo final do contrato;
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas por uma taxa linear de 3%, baseada na inflação estimada segundo o Banco Central;
- (iii) Taxa de desconto: calculada levando em consideração taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da empresa. A taxa de desconto utilizada foi de 11,25 % a.a.

A Companhia efetuou os testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2019, e concluiu haver necessidade de provisão de perdas por *impairment* no valor de R\$3.854, dado que o valor recuperável não excedeu o valor contábil.

A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável quando planos de reforma e fechamento de lojas são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva. Em 2019 foram revertidos R\$13.437, acompanhados do registro da baixa.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangívela) Composição do intangível (Controladora e Consolidado)

Intangível	Custo	Amortização acumulada	Provisão impairment	31 de dezembro de 2019
Software	448.379	(270.408)	(3)	177.968
Fundo de comércio	56.339	(45.873)	(1.094)	9.372
	504.718	(316.281)	(1.097)	187.340

Intangível	Custo	Amortização acumulada	Provisão	31 de dezembro de 2018
Softwares	396.541	(210.629)	(3)	185.909
Fundo de comércio	58.405	(44.642)	(2.774)	10.989
	454.946	(255.271)	(2.777)	196.898

b) Movimentação intangível (Controladora e Consolidado)

	Taxa média amortização (a.a. %)	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adições	Amortização	Baixas	Transferências de Imobilizado	Reversão de provisão impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Software	13%	185.909	46	(60.099)	(174)	52.286	-	177.968
Fundo de comércio	10%	10.989	-	(2.192)	(1.659)	553	1.681	9.372
Total		196.898	46	(62.291)	(1.833)	52.839	1.681	187.340

	Taxa média amortização (a.a. %)	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferências de Imobilizado	Reversão de provisão impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Software	13%	187.767	966	(53.483)	(1)	50.696	(36)	185.909
Fundo de comércio	10%	11.323	-	(2.678)	-	1.803	541	10.989
Total		199.090	966	(56.161)	(1)	52.499	505	196.898

(i) No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$242 como amortização acumulada, que se trata da reversão de perda por desvalorização realizada pela Companhia considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

c) Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis, softwares e fundo de comércio também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 15.c).

17. Arrendamentos

No 4º trimestre de 2019, a Companhia ajustou a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento de acordo com o Ofício Circular CVM SNC/SEP 01/20 e CPC06R2/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, passou a considerar os contratos de pagamentos futuros de alugueis, bruto do PIS e da COFINS, descontados a uma taxa de juros nominal. O impacto dessa mudança de critério está informado como remensuração na movimentação dos saldos.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entretanto, a Companhia considera que a utilização da taxa de juros incremental real e fluxo de pagamentos sem projeção da inflação é a que melhor reflete sua situação financeira e por este motivo apresenta em b) abaixo, para fins de comparação, esses resultados projetados.

A Companhia chegou às suas taxas de juros incrementais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos a partir dos spreads observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures).

Taxas incrementais por prazos de contrato		
Prazos dos contratos	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	3,0	6,6
de 3 a 5 anos	3,5	7,6
de 5 a 6 anos	3,9	8,0
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	4,6	8,8

a) Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Servidor	Total	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	1.729.502	8.192	1.737.694	(1.737.694)
Pagamentos antecipados e incentivos recebidos	1.984	-	1.984	-
Provisão para custos de desmontagem	2.716	-	2.716	-
Saldo inicial ajustado em 1º de janeiro de 2019	1.734.202	8.192	1.742.394	(1.737.694)
Amortização (i)	(294.157)	(1.518)	(295.675)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(142.138)
Pagamentos realizados (principal)	-	-	-	338.747
Pagamentos realizados (juros)	-	-	-	15.400
Provisão para custos de desmontagem	630	-	630	-
Adições (7 novas lojas)	31.645	-	31.645	(33.174)
Remensuração (ii)	28.821	-	28.821	(28.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.501.141	6.674	1.507.815	(1.587.680)
Circulante	-	-	-	(357.891)
Não circulante	-	-	-	(1.229.789)

(i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R\$26.922, que foram registrados diretamente em resultado como redutores da despesa de amortização.

(ii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento; e à remensuração dos arrendamentos devido à mudança da taxa de desconto aplicada (substituição da taxa de juros real pela nominal) e a consideração dos pagamentos futuros brutos de PIS/COFINS.

b) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo a orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de diferentes taxas de juros, são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso,

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da despesa financeira e da despesa de amortização do exercício social encerrado e dos próximos exercícios de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Real	Sem projeção da inflação
2	Nominal	Com projeção da inflação
3	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário adotado pela Companhia em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é o cenário 3, conforme determina o CPC06(R2) / IFRS16.

	Taxa (% a.a.)	2019	2020	2021	2022	2023
Passivo de arrendamento						
Cenário 1	3,0% até 4,6%	1.803.572	1.501.776	1.214.187	942.230	703.039
Cenário 2	6,6% até 8,8%	1.786.656	1.548.864	1.303.828	1.053.273	817.959
Cenário 3	6,6% até 8,8%	1.587.680	1.338.758	1.096.004	860.763	650.422
Ativo de direito de uso						
Cenário 1	3,0% até 4,6%	1.745.501	1.415.282	1.116.083	845.678	615.195
Cenário 2	6,6% até 8,8%	1.663.109	1.346.816	1.060.725	802.509	582.748
Cenário 3	6,6% até 8,8%	1.507.815	1.215.452	952.885	717.470	518.798
Encargos Financeiros						
Cenário 1	3,0% até 4,6%	82.979	72.191	60.079	48.346	37.308
Cenário 2	6,6% até 8,8%	159.795	142.698	123.022	102.515	81.944
Cenário 3	6,6% até 8,8%	142.137	125.065	104.914	85.062	66.158
Despesa de Depreciação						
Cenário 1	3,0% até 4,6%	333.039	330.219	299.199	270.404	230.483
Cenário 2	6,6% até 8,8%	321.859	316.293	286.091	258.216	219.761
Cenário 3	6,6% até 8,8%	295.675	292.364	262.566	235.415	198.672
Total de Despesa						
Cenário 1	3,0% até 4,6%	416.018	402.410	359.278	318.750	267.791
Cenário 2	6,6% até 8,8%	481.654	458.991	409.113	360.731	301.705
Cenário 3	6,6% até 8,8%	437.812	417.429	367.480	320.477	264.830

c) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Com vencimento	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS
Menos de um ano	373.987	(30.047)
De um a cinco anos	1.183.473	(86.960)
Mais de cinco anos	529.082	(22.199)
Total dos pagamentos mínimos	2.086.542	(139.206)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(498.862)	28.564
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.587.680	(110.642)

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que a Companhia terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a despesa relativa aos 14 contratos de arrendamento variável foi de R\$3.672. A Administração entende não ser apropriado projetar os pagamentos mínimos dado a própria natureza destes gastos. As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$21.674, e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo e a análise da sensibilidade das despesas variáveis dos arrendamentos e os fatores que afetam a variação.

A Companhia não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	629.717	546.861	629.717	546.862
Fornecedores diversos	174.272	131.961	174.296	131.984
	803.989	678.822	804.013	678.846

A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. A taxa aplicada em 2019 ficou entre 1,45% a.m. a 1,95% a.m. (idem para 2018). Os descontos são efetuados diretamente com a Companhia, sem o envolvimento de instituições financeiras intermediando a operação.

Durante o ano de 2019 foram antecipados R\$1.122.774 pelos fornecedores que geraram uma receita de R\$44.446 (no mesmo período de 2018 foram antecipados R\$996.871 e a receita foi de R\$38.052), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a essa data totalizou R\$251.200 (R\$264.700 em 31 de dezembro 2018).

A Companhia efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de 0,37% e 0,49%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	102.479	117.385	102.479	117.385
COFINS	55.505	28.964	55.518	28.970
PIS	11.518	1.920	11.520	1.921
CIDE	3.195	3.437	3.195	3.437
IRRF	7.839	6.354	7.839	6.354
Outros	4.132	2.861	4.132	2.862
	184.668	160.921	184.683	160.929
Passivo circulante	183.595	160.921	183.610	160.929
Passivo não circulante	1.073	-	1.073	-

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais**20.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, entende necessária a constituição de provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pela Companhia.

As provisões foram constituídas para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2018	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	2019
Tributárias	237.215	(68.475)	(106)	11.285	179.919
Trabalhistas	85.476	5.789	(15.844)	14.084	89.505
Cíveis	6.474	(1.561)	(1.606)	831	4.138
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	329.165	(64.247)	(17.556)	26.200	273.562
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(66.558)	29.345	-	(2.507)	(39.720)
Provisão líquida de depósitos judiciais	262.607	(34.902)	(17.556)	23.693	233.842
	2017	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	2018
Tributárias	270.728	(41.974)	(4.246)	12.707	237.215
Trabalhistas	73.831	16.240	(17.301)	12.706	85.476
Cíveis	6.827	215	(1.647)	1.079	6.474
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	351.386	(25.519)	(23.194)	26.492	329.165
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(30.352)	(34.853)	-	(1.353)	(66.558)
Provisão líquida de depósitos judiciais	321.034	(60.372)	(23.194)	25.139	262.607

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2019 provisão para riscos de PIS e COFINS no montante de R\$132.443 (R\$133.946 em 31 de dezembro de 2018). Sendo os valores mais significativos decorrentes de créditos utilizados como insumos na sua atividade-fim, no valor de R\$86.623 (R\$86.741 em 31 de dezembro de 2018) e créditos de COFINS Importação, no montante de R\$38.026 (R\$35.213 em 31 de dezembro de 2018).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2019 provisão para riscos de ICMS no montante de R\$ 36.735 (R\$31.156 em 31 de dezembro de 2018). Sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados a créditos de fornecedores considerados inidôneos pelos órgãos fazendários, no montante de R\$ 10.283 e discussões relacionadas a alíquotas de ICMS energia, no montante de R\$13.471.

Outras tributárias

A Companhia mantém provisão para riscos com outros tributos no montante de R\$10.741 em 31 de dezembro de 2019 (R\$53.644 em 2018), sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados ao ISS, no montante de R\$ 6.002, e IPTU, no montante de R\$3.135.

Em dezembro de 2019 foi revertida provisão de R\$36.746 representativa dos valores não recolhidos de contribuição previdenciária sobre receita bruta ("CPRB"), pois entende a Companhia, com respaldo no parecer dos assessores jurídicos, que os valores de ICMS e ISS não devem integrar a receita bruta para fins de base de cálculo da contribuição previdenciária. A matéria foi recentemente discutida no âmbito do STJ, o qual firmou o entendimento de que o ICMS não pode integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária. Essa discussão jurídica é similar àquela julgada pelo STF, por ocasião do RE n. 574.706, que restou fixada a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Nesse contexto, ante a decisão do STJ, fundada em entendimento já firmado pelo STF em matéria similar, a conclusão dos assessores legais da Companhia foi pelo prognóstico de risco possível para o caso concreto.

Cíveis e trabalhistas

A provisão foi constituída para cobertura de processos cíveis e trabalhistas (reclamações de danos morais, horas extras, adicional noturno, verbas rescisórias e outros) em andamento. A Administração, baseada nas informações de seus consultores jurídicos e advogados

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

internos, entende que o montante registrado é suficiente para cobrir perdas decorrentes de eventuais desfechos desfavoráveis à Companhia.

Depósitos Judiciais com passivo correspondente

Adicional de 1% do COFINS importação

Em 7 de março de 2013, a Companhia entrou com ação judicial para exigir o direito a crédito sobre o adicional de COFINS incidente sobre a importação de alguns de seus produtos e obteve medida liminar, passando, a partir de então, a se creditar do adicional do COFINS importação.

Em 26 de março de 2018, a tutela que autorizava o creditamento foi cassada, obrigando então a Companhia a oferecer garantia para suspender a exigibilidade do crédito tributário e assim continuar com a discussão em outras instâncias. A Companhia depositou judicialmente o valor de R\$36.167, o qual representa o valor dos créditos que a Companhia tomou durante todo o período, acrescido de juros. Para este caso, a Companhia mantém registrada provisão no valor de R\$38.026 e, por essa razão, o depósito judicial é apresentado reduzindo o saldo da provisão.

20.2. Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento das decisões judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo por natureza da discussão é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Tributários	63.748	33.109
Trabalhistas / Cíveis	38.088	34.639
Total	101.836	67.748

Para os depósitos judiciais mencionados, não há provisão constituída devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais.

O depósito judicial referente à CPRB, que até setembro de 2019 estava demonstrado como redutor da correlata provisão para contingências, passou a ser apresentado em depósitos judiciais no ativo, após a mudança de classificação de chance de perda de provável para possível e consequente reversão de provisão.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.3. Contingências não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante atualizado de R\$306.439 (R\$371.967 em 31 de dezembro de 2018), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC25/IAS37. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros e cujo desembolso por parte da Companhia é possível, mas não provável na avaliação de nossos assessores jurídicos:

- (a) PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05: refere-se à ação judicial que discute o reestabelecimento do benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Em 7/10/2019, a Companhia tomou ciência da decisão que concedeu a tutela antecipada de urgência, garantido o débito tributário mediante seguro garantia no valor de aproximadamente R\$171.000. Por essa razão, considerando a emenda da petição inicial para atribuir ao valor da causa o mesmo valor da garantia, ajustou-se o valor da contingência não provisionada para aproximadamente R\$171.000 (R\$185.000 em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Contribuição Previdenciária sobre Assistência Médica e Hospitalar: auto de infração para cobrança de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. Considerando que houve a decadência de parte do valor em discussão, o valor atualizado do processo é de aproximadamente R\$30.000 (R\$31.000 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) IRPJ - variação cambial: refere-se a processo administrativo instaurado para a cobrança de débitos de IRPJ decorrentes das exclusões pertinentes às parcelas de variação cambial credora (ajuste do saldo de empréstimos em moeda estrangeira), realizadas para a apuração de lucro fiscal. As aludidas deduções foram efetuadas com amparo na medida liminar concedida em Mandado de Segurança. Em agosto de 2019 houve o trânsito em julgado do processo com decisão favorável a Companhia. Aguardamos arquivamento do processo.
- (d) PIS/COFINS - Não cumulatividade: refere-se a autos de infração nos quais foram glosados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pela Companhia nos exercícios de 2012 e 2014. O valor atualizado dos processos classificados como possível é de aproximadamente R\$31.000 (R\$28.000 em 31 de dezembro de 2018).
- (e) Tributos de Importação sobre Royalties: refere-se a autos de infração nos quais se exigem Imposto sobre Importação, PIS/PASEP - Importação e COFINS - Importação

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas. O valor atualizado dos processos é aproximadamente R\$17.000 (R\$17.000 em 31 de dezembro de 2018).

- (f) ICMS - Fornecedores Inidôneos: refere-se a autos de infração nos quais se exigem ICMS, supostamente devido, em razão de creditamento do tributo destacado em notas fiscais emitidas por fornecedores da Companhia considerados inidôneos. Em decorrência de decisões favoráveis à Companhia, o saldo remanescente atualizado é de aproximadamente R\$3.000 (R\$7.400 em 31 de dezembro de 2018).

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, devido à natureza e características diversas desses processos, a Administração considera que os montantes provisionados são os que melhor representam os riscos da Companhia para referidos assuntos. A Companhia considera impraticável a mensuração do valor das causas trabalhistas e cíveis não provisionadas (com prognóstico de perda possível, mas não provável), pois os pedidos iniciais diferem, invariável e significativamente, do valor final das indenizações.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da Companhia, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a Companhia venha a perder.

21. Ativos contingentes

A Companhia é parte em ações em que pleiteia seu direito a créditos tributários, os quais dependem de decisão judicial final transitada em julgado para serem registrados em seus livros contábeis e fiscais como ativos. A seguir está sumariada a principal ação que trata de ativo contingente.

Inexigibilidade de PIS/COFINS nas operações realizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Companhia possui ação judicial em andamento que objetiva o reconhecimento de que suas vendas de mercadorias destinadas à ZFM (ainda que com origem na própria ZFM) sejam equiparadas para todos os fins fiscais à exportação; e, conseqüentemente, que seja reconhecida a inexistência de relação jurídico-tributária entre a União e a Companhia quanto à incidência do PIS e da COFINS sobre a receita das operações dessa natureza.

O processo já possui decisão favorável de 2ª Instância proferida pelo TRF da 1ª Região e aguarda inclusão dos embargos de declaração opostos pela União em pauta de julgamento.

Como o processo da Companhia ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso da ação (31 de março de 2016). Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2019, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em R\$122.371 (R\$117.500 em 31 de dezembro de 2018).

Em relação aos valores relativos às competências posteriores a maio de 2018, período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota em função de sentença favorável no processo, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado, tendo apurado um impacto positivo no ano findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$14.049 (R\$9.147 em 31 de dezembro de 2018).

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 28 de agosto de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral i) a transformação do tipo societário da controladora para sociedade por ações, sem solução de continuidade dos negócios sociais e nem alteração da personalidade jurídica da sociedade, mantendo-se o mesmo patrimônio; e ii) a conversão da totalidade das quotas sociais em ações ordinárias (1 quota = 1 ação).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de outubro de 2019, foi aprovado o grupamento de 1.035.720.002 de ações ordinárias à razão de 4 para 1, sendo que as frações foram canceladas, resultando em um total de 258.930.000 ações ordinárias.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2019 foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$813.699, passando de R\$1.035.720 para R\$1.849.419, com os recursos oriundos da oferta primária pela qual foram emitidas 49.315.068 ações ordinárias no valor de R\$16,50 cada uma, deduzido dos custos de emissão das ações. Foram alienadas, por meio de oferta secundária, 49.891.195 ações de acionistas controladores. Em novembro de 2019, os acionistas controladores alienaram outro lote suplementar de 7.143.351 por meio de oferta secundária de forma que *free-float* no final de 2019 era de 106.349.614 (34,50%).

A Companhia incorreu em custos para a oferta pública inicial no montante de R\$2.242, líquido dos efeitos fiscais. Tais custos incluíram a elaboração de prospectos e relatórios, a remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento), taxas e comissões, custos de registro, dentre outros. Conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 08(R1) /IAS 19 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos para capital próprio foram contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do capital social, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

Após a realização dos eventos societários descritos anteriormente, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$1.847.177, já deduzidos do montante

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$2.242 relativo aos gastos com ações mencionados no parágrafo acima, representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. Na mesma proporção do número de ações, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

22.2. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 9.

22.3. Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

22.4. Reserva de lucros a realizar

O montante de R\$86.014 reconhecido em reservas de lucros a realizar se refere à parcela dos dividendos mínimos obrigatórios que excedeu o lucro líquido realizado, conforme previsto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 Consolidada), e seu cálculo está demonstrado na Nota 23.

22.5. Reserva para investimento

De acordo com o estatuto social da Companhia e da Lei das S.A., o lucro do exercício, após as apropriações para reserva legal, reserva de lucros a realizar, juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios pode ser destinado para reserva estatutária de lucro – reserva para investimentos. No ano de 2019 foi transferido o montante de R\$748.300 para a conta de reserva para investimentos, de acordo com o orçamento de capital, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral a ser realizada em 2020. Essa reserva tem por finalidade

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos

22.6. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme Nota 27.

23. Dividendos e JSCP a Pagar

Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas.

Conforme mencionado na Nota 11, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou ganho de R\$827.159 (líquido dos efeitos tributários, como impostos diferidos passivos e da PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras) devido ao trânsito em julgado do mandado de segurança que reconheceu seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014. Esse ganho ainda não resultou no aumento de caixa da Companhia e, portanto, representa uma parcela financeira não realizada significativa em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Embora a Administração tenha expectativa de compensar parte desse crédito com débitos de tributos durante o ano de 2020 e, por este motivo registrou essa parcela como ativo realizável no próximo exercício, tal realização não depende exclusivamente dos esforços da Companhia, mas de ações de terceiros, no caso a Secretaria de Receita Federal do Brasil (ver nota 11- Crédito extemporâneo de PIS/COFINS).

Conforme previsto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 Consolidada), o ganho em operações cuja realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte, pode compor a Reserva de lucros a realizar.

A Administração proporá em Assembleia Geral que o montante de dividendos mínimos obrigatórios que ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido seja destinado para reserva de lucros a realizar, até que a Companhia efetivamente realize financeiramente os valores a que tem direito, por meio da compensação com débitos futuros de PIS/COFINS. Caso as expectativas de realização deste ativo no ano de 2020 efetivamente se materializem, os relativos valores realizados que compõe a reserva mencionada serão pagos como dividendos ainda no ano de 2020.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir está demonstrada a parcela do lucro líquido realizada relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	2019
Lucro líquido do exercício	971.993
Ganho não realizado (ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS)	(827.159)
Parcela realizada do lucro líquido do exercício	<u>144.834</u>

A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, bem como a proposta de retenção de parte dos dividendos mínimos obrigatórios como reserva de lucros a realizar, é demonstrada abaixo:

	2019
Lucro líquido do exercício	971.993
Reserva Legal - 5% sobre o lucro líquido do exercício	(48.600)
Lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal	923.393
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto - 25%	230.848
(-) Parcela realizada do lucro líquido do exercício	(144.834)
Constituição da Reserva de Lucros a Realizar	<u>86.014</u>

O dividendo mínimo obrigatório é composto como segue:

Juros sobre capital próprio (a)	78.133
(-) IRRF Sobre JSCP	(9.287)
Complemento ao dividendo mínimo obrigatório (b)	75.988
Constituição de reserva de lucros a realizar	86.014
Dividendo mínimo obrigatório	<u>230.848</u>

(a) Em 23 de dezembro de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP), no montante total de R\$78.133, correspondentes a R\$0,253477379 por ação, serão retidos imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre esse montante, exceto para as pessoas imunes e isentas, resultando no montante líquido de R\$68.846.

(b) O total de dividendos a pagar corresponde a R\$0,24651819 por ação.

Conforme mencionado na Nota 8, parte dos juros sobre capital próprio e dividendos de 2019, no montante de R\$95.235, foi destinado a partes relacionadas. Esse montante, porém, foi informado sob a rubrica "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" nos balanços patrimoniais.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de mercadorias	6.967.969	6.668.266	6.967.969	6.668.266
Cancelamentos e trocas	(391.017)	(371.537)	(391.017)	(371.537)
Expiração de vale troca e cartão presente e (emissão) de vouchers (i)	3.634	(16.600)	3.634	(16.600)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.528.735)	(1.398.186)	(1.528.735)	(1.398.186)
Receita líquida de mercadorias	5.051.851	4.881.943	5.051.851	4.881.943
Receita de comissão em vendas de serviços financeiros – parceria Bradescard	190.247	213.992	190.247	213.992
Receita de comissão em vendas de seguros de parceiros	49.259	54.249	49.259	54.250
Receita de outras comissões e prestação de serviços	18.295	16.008	18.295	16.008
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	2.719	2.051
Impostos sobre comissões e serviços	(27.069)	(29.034)	(27.195)	(29.130)
Receita líquida outros	230.732	255.215	233.325	257.171
	5.282.583	5.137.158	5.285.176	5.139.114

(i) Refere-se à receita por realização/diferimento de receita referente à atividade de emissão de vales-troca e cartões presente emitidos e ainda não utilizados e à despesa por emissão de vouchers.

25. Resultado por natureza25.1. Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.717.065)	(2.589.971)	(2.717.065)	(2.589.971)
Gerais e administrativas	(424.307)	(461.057)	(425.747)	(461.911)
Vendas	(1.755.337)	(1.720.205)	(1.755.337)	(1.720.205)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	646.121	(10.806)	646.057	(10.806)
	(4.250.588)	(4.782.039)	(4.252.092)	(4.782.893)

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Custo das vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas	(2.672.250)	(2.536.904)	(2.672.250)	(2.536.904)
Custo dos serviços prestados	(1.276)	(1.596)	(1.276)	(1.596)
Outros	(43.539)	(51.471)	(43.539)	(51.471)
	(2.717.065)	(2.589.971)	(2.717.065)	(2.589.971)

25.3. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ocupação (a)	(6.621)	(31.283)	(6.621)	(31.283)
Pessoal	(271.696)	(265.938)	(271.698)	(265.938)
Material/serviços de terceiros	(103.026)	(114.468)	(104.330)	(115.322)
Depreciação e amortização (a)	(97.610)	(62.620)	(97.610)	(62.620)
Outros (b)	54.646	13.252	54.512	13.252
	(424.307)	(461.057)	(425.747)	(461.911)

- (a) Em 2019, as despesas de ocupação e depreciação estão apropriadas de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16.
- (b) Em 2019 houve reversão de provisões de causas tributárias relativos ao CPRB no montante de R\$36.746, R\$12.667 relativo a PIS e COFINS e ICMS R\$13.331, conforme comentado na Nota 20.

25.4 Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ocupação (a)	(280.085)	(526.073)	(280.085)	(526.073)
Pessoal	(579.633)	(556.853)	(579.633)	(556.853)
Material/serviços de terceiros	(203.002)	(208.540)	(203.002)	(208.540)
Depreciação e amortização (a)	(404.186)	(142.604)	(404.186)	(142.604)
Publicidade e Promoção	(109.993)	(122.219)	(109.993)	(122.219)
Outros	(178.438)	(163.916)	(178.438)	(163.916)
	(1.755.337)	(1.720.205)	(1.755.337)	(1.720.205)

- (a) Em 2019, as despesas de ocupação e depreciação estão apropriadas de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recuperação de créditos fiscais (a)	644.893	-	644.893	-
Resultado na baixa de ativos	(7.751)	(12.912)	(7.751)	(12.912)
Outros	8.979	2.106	8.915	2.106
	646.121	(10.806)	646.057	(10.806)

(a) Crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$663.538 (valor do principal), conforme detalhados na Nota 11, deduzidos de gastos com advogados, de consultoria e auditoria no montante de R\$ 21.498.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultados com derivativos	(26.054)	17.192	(26.054)	17.192
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos para capital de giro				
– partes relacionadas	(60.749)	(41.149)	(60.749)	(41.149)
Varição cambial	(19.558)	(221.464)	(19.558)	(221.464)
Despesas bancárias e IOF	(4.154)	(3.295)	(4.156)	(3.298)
Juros sobre impostos e contingências	(28.218)	(27.790)	(28.218)	(27.803)
Juros sobre arrendamento (a)	(137.478)	-	(137.478)	-
Despesa financeira de fornecedores - AVP	(24.983)	(23.132)	(24.983)	(23.132)
Outros	(252)	(15)	(253)	(14)
	(275.392)	(316.845)	(275.395)	(316.860)
Receita financeira				
Juros (b)	609.162	14.326	609.175	14.339
Varição cambial	49.120	122.994	49.120	122.994
Receita financeira de fornecedores	31.730	24.432	31.730	24.432
Outros	367	7.232	366	7.232
	690.379	168.984	690.391	168.997
Resultado financeiro, líquido	388.933	(130.669)	388.942	(130.671)

(a) Despesa de juros sobre arrendamentos está líquida dos créditos do PIS e da COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos, conforme divulgado na Nota 17.2

(b) Em 2019, as receitas com juros contemplam também as receitas financeiras de R\$618.492 com juros e atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos, detalhado na Nota 11, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$28.760.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros e gestão de capital

27.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo. A análise de sensibilidade abaixo demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia.

	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Controladora e Consolidado			
			Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário baixa 25%	Cenário baixa 50%
Ativos						
Aplicações financeiras	Baixa CDI	379.750	CDI (i)	17.089	12.817	8.544

(i) Juros do cenário provável obtido do relatório Focus de 31/12/2019 (CDI diário anualizado 4,5%).

A Companhia captava empréstimos com empresas partes relacionadas em moeda estrangeira acrescidos de juros fixos, não existindo, portanto, o risco de taxa de juros sobre os empréstimos.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela matriz da Companhia.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira existentes até março de 2019 era mitigado por meio de contratação de *swap*, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” pela taxa fixada do banco. Os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados na sua totalidade em março de 2019. Novos empréstimos foram contratados em moeda local e com taxa de juros fixas não existindo, portanto, riscos de mercado com essa atividade financeira. Os empréstimos com partes relacionadas foram liquidados em sua totalidade em novembro de 2019.

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF. No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida.

O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%). Para a definição da cotação do dólar no cenário esperado, utilizamos a mediana das expectativas de mercado segundo o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, na data de 27 de dezembro de 2019, considerando a expectativa do dólar para o próximo período de divulgação. A estimação dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

		Nocional USD (Pagar)/Receber	Cenário Provável USD 1 = R\$ 4,10	Cenários Negativos	
				Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 5,13	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 6,15
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas	(51.512)	(3.570)	(56.370)	(109.170)
Instrumento de Hedge	NDF	44.025	3.051	48.177	93.302
	Exposição líquida de pedidos de importação	(7.487)	(519)	(8.193)	(15.868)
	Impostos não recuperáveis (36%)	(18.544)	(1.285)	(20.293)	(39.301)
	Exposição líquida total	(26.031)	(1.804)	(28.486)	(55.169)
	Efeito no resultado líquido de IR/CS	(17.180)	(1.191)	(18.801)	(36.412)
USD em 27/12/2019 = R\$ 4,0307					

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia.

A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em USD referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao *budget* de importações em USD.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das importações:

Data prevista	US\$ milhares		Contraparte	US\$ milhares	
	Budget (hedgeado)	Vencimento		NDF	valor de referência
jan/20	(6.088)	jan/20	Santander		6.088
fev/20	(636)	fev/20	Santander		636
fev/20	(636)	fev/20	Itaú		636
fev/20	(950)	fev/20	ItauBBA		950
fev/20	(2.200)	fev/20	Citibank		2.200
mar/20	(1.659)	mar/20	Citibank		1.659
mar/20	(2.300)	mar/20	Santander		2.300
mar/20	(1.320)	mar/20	Itaú		1.320
abr/20	(2.445)	abr/20	Santander		2.445
abr/20	(4.140)	abr/20	Citibank		4.140
abr/20	(2.180)	abr/20	Itaú		2.180
mai/20	(5.238)	mai/20	Citibank		5.238
mai/20	(5.240)	mai/20	Itaú		5.240
jun/20	(2.243)	jun/20	Santander		2.243
jun/20	(6.750)	jun/20	Citibank		6.750
Total	(44.025)				44.025

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2019 dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (nocial) - USD	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	15/01/2020	2.294	5
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	15/01/2020	2.294	(133)
Termo	Comprado	NDF	17/07/2019	15/01/2020	1.500	(314)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	19/02/2020	636	13
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	19/02/2020	636	(25)
Termo	Comprado	NDF	17/07/2019	19/02/2020	950	(179)
Termo	Comprado	NDF	24/10/2019	19/02/2020	2.200	63
Termo	Comprado	NDF	18/10/2019	18/03/2020	1.659	203
Termo	Comprado	NDF	24/10/2019	18/03/2020	2.300	72
Termo	Comprado	NDF	18/10/2019	15/04/2020	2.445	303
Termo	Comprado	NDF	18/10/2019	20/05/2020	2.618	322
Termo	Comprado	NDF	18/10/2019	17/06/2020	2.243	280
Termo	Comprado	NDF	12/12/2019	18/03/2020	1.320	122
Termo	Comprado	NDF	09/12/2019	15/04/2020	1.960	302
Termo	Comprado	NDF	11/12/2019	15/04/2020	2.180	251
Termo	Comprado	NDF	12/12/2019	15/04/2020	2.180	211
Termo	Comprado	NDF	09/12/2019	20/05/2020	2.620	397
Termo	Comprado	NDF	11/12/2019	20/05/2020	2.620	302
Termo	Comprado	NDF	12/12/2019	20/05/2020	2.620	255
Termo	Comprado	NDF	09/12/2019	17/06/2020	2.250	346
Termo	Comprado	NDF	11/12/2019	17/06/2020	2.250	265
Termo	Comprado	NDF	12/12/2019	17/06/2020	2.250	226
					44.025	3.287

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de NDF não liquidadas apresentam uma perda líquida dos efeitos tributários no montante de R\$5.929 (ganho líquido de R\$3.808 em 2018), lançado em outros resultados abrangentes. No exercício de 2019, o custo das mercadorias vendidas foi impactado positivamente pelo ganho com as operações de NDF no montante de R\$10.175 (ganho de R\$30.443 em 2018).

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas, com base na normativa

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer.

Não houve parcelas inefetivas nos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b) Risco de crédito

i) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com a política da Companhia, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

ii) Recebíveis

O risco de crédito da Companhia é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para a Companhia apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

c) Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

- i) se precaver em momentos de incerteza;
- ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão;
- iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs e LCAs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Outros passivos com partes relacionadas	69.519	-	-	69.519
Arrendamento mercantil	248.922	878.438	460.320	1.587.680
Fornecedores	804.013	-	-	804.013
Total	1.122.454	878.438	460.320	2.461.212

27.2. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia inclui os empréstimos com partes relacionadas menos caixa e equivalentes de caixa dentro da estrutura de dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos de curto e longo prazos com partes relacionadas	-	907.456	-	907.456
Caixa e equivalentes de caixa	(445.635)	(444.923)	(447.109)	(446.006)
Dívida líquida	(445.635)	462.533	(447.109)	461.450
Participação de acionistas não controladores	-	-	2	2
Total do patrimônio líquido	2.739.568	1.115.037	2.739.570	1.115.039
Índice de alavancagem financeira com partes relacionadas	(16%)	41%	(16%)	41%

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3. Instrumentos financeiros - classificação

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2019	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	445.635	-	-	445.635
Derivativos	-	-	651	651
Contas a receber	1.151.438	-	-	1.151.438
Partes relacionadas	1.111	-	-	1.111
Depósitos judiciais	101.836	-	-	101.836
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.587.680)	-	-	(1.587.680)
Derivativos	-	-	3.938	3.938
Fornecedores	(803.989)	-	-	(803.989)
Partes relacionadas	(69.519)	-	-	(69.519)
Total em 31 de dezembro de 2019	(761.168)	-	4.589	(756.579)

Em 31 de dezembro 2018	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	444.923	-	-	444.923
Derivativos	-	49.372	5.695	55.067
Contas a receber	1.142.594	-	-	1.142.594
Depósitos judiciais	67.748	-	-	67.748
Partes relacionadas	764	-	-	764
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	(403)
Fornecedores	(678.822)	-	-	(678.822)
Partes relacionadas	(966.444)	-	-	(966.444)
Total em 31 de dezembro de 2018	8.915	48.969	5.695	63.579

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	447.109	-	-	447.109
Derivativos	-	-	651	651
Contas a receber	1.151.484	-	-	1.151.484
Partes relacionadas	356	-	-	356
Depósitos judiciais	101.836	-	-	101.836
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.587.680)	-	-	(1.587.680)
Derivativos	-	-	3.938	3.938
Fornecedores	(804.013)	-	-	(804.013)
Partes relacionadas	(69.519)	-	-	(69.519)
Total em 31 de dezembro de 2019	(760.427)	-	4.589	(755.838)

Em 31 de dezembro de 2018	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	446.006	-	-	446.006
Derivativos	-	49.372	5.695	55.067
Contas a receber	1.142.836	-	-	1.142.836
Depósitos judiciais	67.748	-	-	67.748
Partes relacionadas	259	-	-	259
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	(403)
Fornecedores	(678.846)	-	-	(678.846)
Partes relacionadas	(966.444)	-	-	(966.444)
Total em 31 de dezembro de 2018	9.711	48.969	5.695	64.375

27.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31 de dezembro de 2018	Fluxos de caixa	Varição cambial	Juros Incorridos	Novos arrendamentos	Outros (i)	31 de dezembro de 2019
Arrendamentos	1.848	(354.147)	-	137.478	33.174	1.769.327	1.587.680
Partes relacionadas	966.444	(935.833)	(32.372)	60.749	-	10.531	69.519
Dividendos e JSCP	58.580	(58.580)	-	-	-	144.834	144.834
Derivativos	403	7.625	-	-	-	(8.028)	-
Total	1.027.275	(1.340.935)	(32.372)	198.227	33.174	1.916.664	1.802.033

- (i) O valor apresentado em "Outros" corresponde ao reconhecimento inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e da remensuração da correção dos passivos de arrendamento pela revisão anual do reajuste das parcelas mínimas de arrendamento com base nos índices inflacionários previstos nos contratos.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2017	Fluxos de caixa	Variação cambial	Juros Incorridos	Novos arrendamentos	Outros	31 de dezembro de 2018
Arrendamentos	2.105	(257)	-	-	-	-	1.848
Partes relacionadas	924.228	(69.871)	86.273	41.149	-	(15.335)	966.444
Dividendos e JSCP	55.823	(55.823)	-	-	-	58.581	58.581
Derivativos	74	28.070	-	-	-	(27.741)	403
Total	982.230	(97.881)	86.273	41.149	-	15.505	1.027.276

28. Seguros contratados

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, reponsabilidade civil e transporte de mercadoria. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	2019	2018
Responsabilidade Civil e D&O	331.117	106.167
Patrimônio e Estoque	438.077	358.750
Transporte	115.808	114.477
	885.002	579.394

29. Plano de aposentadoria

A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social. Os planos de benefícios estão estruturados na forma de Contribuição Definida e o valor da renda mensal está vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor de cada participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada uma vez a cada ano com base no saldo atualizado do participante. As contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos garantem um benefício mínimo de até três salários mensais de cada participante, computado de forma proporcional ao tempo de serviço, e pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Em 2019, a Companhia contribuiu com R\$8.706 (R\$9.431 em 2018) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2019 é de 15.751 participantes (15.337 em 31 de dezembro de 2018), tendo 157 participantes assistidos (154 em 31 de dezembro de 2018).

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos ativos do plano, relacionados ao benefício mínimo acima descrito, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$1.078 (R\$391 em 31 de dezembro de 2018).

30. Lucro por ação

Conforme mencionado na Nota 22, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de outubro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o grupamento de 1.035.720.002 de ações ordinárias à razão de 4 para 1, sendo que as frações foram canceladas, resultando em um total de 258.930.000 ações ordinárias.

Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do resultado básico e diluído por ação foram ajustados retrospectivamente para o exercício de 2018 para refletir o novo número de ações resultantes do grupamento mencionado no parágrafo anterior.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado, já considerando o ajuste retrospectivo do grupamento de ações:

Lucro básico por ação	2019	2018
Lucro líquido do exercício	971.993	173.634
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	268.117.465	258.930.000
Lucro básico por ação - R\$	<u>3,6253</u>	<u>0,6706</u>
Lucro básico por ação diluído	2019	2018
Lucro líquido do exercício	971.993	173.634
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	268.117.465	258.930.000
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	100.440	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	<u>268.217.905</u>	<u>258.930.000</u>
Lucro básico por ação diluído - R\$	<u>3,6239</u>	<u>0,6706</u>

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, o único instrumento financeiro que proporcionaria diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 9. Não há instrumentos financeiros que proporcionariam diluição em exercícios anteriores.

31. Eventos subsequentes

A Companhia informa que, atendendo às determinações das autoridades competentes, fechou temporariamente lojas em algumas cidades. Desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e, também, para conter a proliferação de forma mais assertiva em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade dos seus negócios.

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia. Contudo, diante dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que haverá redução da demanda, embora não seja possível estimar em quanto, e conseqüente impacto nos resultados da Companhia no ano de 2020. Esses fatores podem também causar impactos na geração de caixa e na recuperabilidade de ativos, os quais, todavia, como já mencionado, não são presentemente mensuráveis.

A Companhia segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde

Orçamento de Capital Proposto pela Administração

Apresentamos a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2020 e 2021 em atendimento à Instrução Normativa 480/09 da CVM, conforme a aplicação de recursos descritas abaixo. A Administração propõe a retenção de R\$ 683.258 mil do lucro líquido de 2019 e a transferência dos R\$ 65.042 mil dos lucros acumulados de 2018, para a conta de Reserva de Investimento, totalizando R\$ 748.300 mil.

Investimentos 2020 e 2021	Em R\$ milhares
Novas lojas e reforma	226
Equipamentos e sistemas de informática	98
Logística	18
Outros	40
. Capital Fixo	382
. Capital de Giro	170
Total de Investimento 2020	552
Investimento em Capital Fixo 2021	525
Investimentos previstos 2020 e 2021	1.077

Os investimentos descritos acima têm o objetivo de permitir um crescimento sustentável, através de cinco alavancas que suportarão a C&A: aceleração da abertura de novas lojas, melhor oferta de produtos financeiros, otimização da configuração das lojas, transformação digital e modernização da operação de *supply chain*.

A retenção de parte do lucro disponível para distribuição é necessária para cumprimento do orçamento de capital descrito acima.

Barueri, 19 de março de 2020.

Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$405.289 mil em 31 de dezembro de 2019, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 13.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 13, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2019 era de R\$179.919 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20. A avaliação das probabilidades de perda e

a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da Administração da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R\$306.439 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.3, os quais não estão provisionados nas demonstrações contábeis devido à avaliação por parte da Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados a contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração das provisões, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 20, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Adoção de novas Normas Contábeis - CPC06(R2) - Operações de arrendamento mercantil

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.25.1, em 1 de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC06(R2) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento nos montantes de R\$1.742.394 mil e R\$1.737.694 mil, respectivamente.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamento mercantil e do direito de uso, bem como devido ao fato desse processo ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação: das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Companhia; da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma; da interpretação da Administração dos termos e condições dos contratos de locação; e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela Administração nas definições de prazo dos contratos e de taxa de desconto do passivo de arrendamento, além dos testes nos cálculos efetuados pela Administração que determinaram o saldo das contas de direito de uso e passivo de arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração do ativo e passivo iniciais e outros ajustes, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 4.25.1, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Créditos extemporâneos PIS/ COFINS pela exclusão de ICMS da base de cálculo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11, em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado, favorável e sem possibilidade de apelação, de seu mandado de segurança mediante o qual buscava o reconhecimento de seu direito de excluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014. Com seu direito assegurado, a Companhia registrou crédito fiscal extemporâneo de PIS/COFINS no valor total de R\$1.282.030 mil e a respectiva obrigação fiscal com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$435.890 mil.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e às premissas consideradas pela Administração, suportada pelos seus consultores jurídicos, quanto à interpretação da decisão da corte e estágio do leading case, a argumentação suporte para determinação da adequada base de cálculo, se valor recolhido do ICMS ou valor incidente sobre a venda, entre outros aspectos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da documentação suporte processual jurídica, contábil e fiscal, incluindo as premissas utilizadas e julgamentos efetuados pela Administração para mensuração dos créditos extemporâneos registrados, bem como a avaliação, apoiada por nossos especialistas em direito tributário, da opinião legal preparada pelos assessores jurídicos externos da Companhia e decisão do tribunal.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos, documentação suporte e expectativa de realização dos créditos, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 11, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Waldyr Passetto Junior
Contador CRC-1SP173518/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Introdução

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos da C&A Modas S.A., criado em outubro de 2019, tem como principais responsabilidades: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; e (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas.

Responsabilidades

A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da C&A Modas S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. A Auditoria Interna tem como atribuições avaliar os riscos dos principais processos e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras.

A Ernst Young (Auditores Independentes) é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C&A Modas S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, da área de Governança Corporativa, da Auditoria Independente e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e pelos controles internos nos diversos segmentos da Companhia.

Atividades do Comitê

No decorrer do ano de 2019, o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos reuniu-se em duas ocasiões, com o objetivo de: (i) conhecer a Companhia; (ii) estabelecer os temas focais para o ano de 2020; (iii) reunir-se com os Auditores Independentes; (iv) discussão e análise das principais práticas contábeis utilizadas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e do balanço anual; (v) discussão acerca das demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2019; (v) conhecimento das principais contingências que envolvem a Companhia; (vi) análise da Instrução CVM 509; (vii) análise dos processos e procedimentos de finanças; e (viii) análise dos processos e procedimentos da área de Governança Corporativa.

Em reunião realizada em 10 de março de 2020, foram discutidas e analisadas as demonstrações financeiras de 31.12.2019.

Conclusão

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos reconhece e apoia as iniciativas da Companhia no sentido de rever continuamente os processos e implementar melhorias nas áreas de controles internos, riscos e compliance, tal como a criação da área de Governança Corporativa, responsável pelas referidas áreas e, também, pela área de Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31.12.2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Barueri, 19 de março de 2020.

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: Thilo Helmut Georg Mannhardt, Coordenador; Petrus Johannes Zegger e Tereza Cristina Grossi Togni, membros.

Thilo Helmut Georg Mannhardt

Coordenador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pelo Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019, autorizando sua conclusão nesta data.

Barueri, 19 de março de 2020.

DIRETORES

Paulo Correa Junior

Diretor Presidente

Milton Lucato Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcia Cristina Lucena do Nascimento Costa

Diretora

Francislei Cassio Donatti

Diretor

Fernando Garcia Bossi

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019.

Barueri, 19 de março de 2020.

DIRETORES

Paulo Correa Junior

Diretor Presidente

Milton Lucato Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcia Cristina Lucena do Nascimento Costa

Diretora

Francislei Cassio Donatti

Diretor

Fernando Garcia Brossi

Diretor